

PROJETO PEDAGÓGICO

GRADUAÇÃO

FGV DIREITO RIO



LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ATC	Atividade complementar
ATCE	Atividade complementar eletiva
ATCI	Atividade complementar internacional
ATCP	Atividade complementar de pesquisa
ATCS	Atividade complementar social
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CJUS	Centro de Justiça e Sociedade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPDE	Centro de Pesquisa em Direito e Economia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CR	Coeficiente de rendimento
CRI	Coordenação de Relações Institucionais da FGV DIREITO RIO
CRI	Coordenação de Relações Internacionais
CTAE	Coordenação de Tecnologias Aplicadas ao Ensino
CTS	Centro de Tecnologia e Sociedade
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIREITO RIO	Escola de Direito do Rio de Janeiro
DIREITO SP	Escola de Direito de São Paulo
DOU	Diário Oficial da União
EASP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo



EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
ED	Espaço Docente
EESP	Escola de Economia de São Paulo
EMAp	Escola de Matemática Aplicada
Enade	Exame Nacional de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EOAB	Exame da Ordem dos Advogados do Brasil
EPGE	Escola de Pós-Graduação em Economia
FGV	Fundação Getulio Vargas
FP	<i>Field Project</i>
IC	Iniciação Científica
IDE	Instituto de Desenvolvimento Educacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo docente estruturante
NPJ	Núcleo de Prática Jurídica
OAB	Ordem de Advogados do Brasil
OCC	Organização Curricular do Curso
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDMA	Programa de Direito e Meio Ambiente



PIBIC	Programa de Bolsa de Iniciação Científica
PIC	Programa Institucional de Iniciação Científica da FGV DIREITO RIO
PPC	Projeto pedagógico de curso
PPI	Projeto pedagógico institucional
RDA	Revista de Direito Administrativo
RJ	Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UE	União Europeia



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Aprovação do corpo discente da graduação nos exames da OAB	12
Gráfico 2: Titulação do corpo docente da graduação	30
Gráfico 3: Regime de trabalho do corpo docente da graduação	30



LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vagas para o ingresso na graduação em Direito da FGV DIREITO RIO	26
Quadro 2: Carga horária do curso de graduação da FGV DIREITO RIO	32
Quadro 3: Grade curricular do curso de graduação em direito da FGV DIREITO RIO	35
Quadro 4: Convênios com instituições de ensino superior brasileiras	38
Quadro 5: Convênios com instituições de ensino superior estrangeiras	40



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....	2
LISTA DE GRÁFICOS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
1 O Projeto Político-Pedagógico: Concepção e Planejamento Estratégico.....	9
1.1 – O curso de graduação em Direito na Fundação Getulio Vargas.....	9
1.2 – O processo de construção do projeto político-pedagógico	11
1.2.1 – Etapas da reforma curricular.....	13
1.2.2 – Princípios norteadores da reforma curricular.....	15
1.3 – Missão institucional.....	18
1.4 – Visão do curso	18
1.5 – Articulação do PPC com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....	18
2. Concepção e Objetivos Gerais do Curso	19
2.1 – Compromisso social.....	19
2.2 – Contextualizações política, geográfica e social.....	20
2.3 – Finalidades.....	22
2.4 – Competências e habilidades.....	23
2.5 – Perfil do egresso.....	24
3. Oferta e vocação do curso	25
3.1 – Regime acadêmico	25
3.2 – Oferta de vagas	26
3.3 – Horário de funcionamento.....	26
3.4 – Ingresso	26
3.5 – Perfil discente	26
3.6 – Perfil docente.....	29
4. Carga Horária das Atividades Didático-Formativas e Integralização do Curso	31
4.1 – Carga horária.....	32
4.2 – Integralização.....	32
4.3 – Estrutura Curricular	32
4.3.1 – Eixo de formação geral.....	33
4.3.2 – Eixo de formação técnico-jurídica	33



4.3.3 – Eixo de formação prático-profissional	33
4.4 – Matriz curricular	34
5. Interdisciplinaridade, Mobilidade Acadêmica, Internacionalização e Inovação	36
5.1 – Interdisciplinaridade e transversalidade	36
5.2 – Mobilidade nacional e internacional	38
5.2.1 – Programa de Dupla Graduação	39
5.2.1 – Programa de Formação Complementar	40
5.3 – Internacionalização	40
5.3.1 – Programa Fellows in Rio	42
5.3.2 – Moot Court Competitions	42
5.3.3 – Cátedra Jean Monnet	43
5.4 – Inovação	44
6. Integração entre Teoria e Prática	46
6.1 – Metodologias ativas	47
6.2 – Experiências práticas	49
6.2.1 – Atividades Complementares Obrigatórias	50
6.2.2 – Atividades de Iniciação Científica (IC)	51
6.2.3 – Trabalho de campo – Field Project	54
6.2.4 – Prática Jurídica	54
7. Avaliação do Desempenho Discente nas Atividades Acadêmicas	55
7.1 – Avaliação do Desempenho Discente nas Atividades Acadêmicas	55
7.2 – Avaliação das atividades acadêmicas	56
7.3 – Avaliações externas	56
7.4 – CPA	57
8. Integração entre o Curso de Graduação e o Programa de Pós-Graduação	57
9. Incentivo à Pesquisa e à Extensão	58
10. NPJ	58
11. ATC	60
12. TCC	62



1 O Projeto Político-Pedagógico: Concepção e Planejamento Estratégico

A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO RIO) proporciona a formação em Direito, respeitando a função do Poder Público de regular, avaliar e supervisionar o Ensino Superior no Brasil, conforme disposto na Constituição Federal (CF) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO se compromete com o aprimoramento da oferta do ensino jurídico e com a atualização curricular necessárias à melhoria da qualidade da educação superior, de acordo com a normativa instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Superior (CES) expressa na Resolução nº 5, de 18 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Direito publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

A nova matriz curricular do curso de graduação da FGV DIREITO RIO, reconhecido pela Portaria nº 419, de 08 de maio de 2017, e observado o disposto na Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, passa a vigorar a partir do 1º janeiro de 2019 para os ingressantes dessa data em diante, bem como para todo o corpo discente já matriculado em data anterior, conforme publicação no DOU de 28 de dezembro de 2018.

1.1 – O curso de graduação em Direito na Fundação Getulio Vargas

O início do século XXI marcou a iniciativa da Fundação Getulio Vargas (FGV) de sistematizar o ensino do Direito em torno da criação de duas faculdades: a Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV DIREITO RIO) e a Escola de Direito de São Paulo (FGV DIREITO SP).

A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas – FGV DIREITO RIO – foi inaugurada em **2002** e, no dia 05 de agosto de **2003**, por meio da Portaria nº 2.095, credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), tendo seu Regimento e o seu Plano de Desenvolvimento



Institucional aprovados por cinco anos, bem como a autorização para o funcionamento do curso de Direito em horário integral.

Em fevereiro de **2005**, foram abertas 2 (duas) turmas de graduação, uma no primeiro e outra no segundo semestre, com 50 (cinquenta) vagas cada, formando-as em dezembro de **2009** e julho de **2010**, respectivamente. Após 13 (treze) anos de funcionamento desde a conclusão da primeira turma, a FGV DIREITO RIO ofereceu ao mercado de trabalho mais de 500 profissionais.

Em **2008** a FGV DIREITO RIO recebeu a primeira visita in loco dos avaliadores do MEC para reconhecimento do curso de graduação (código da avaliação 53083), tendo sido avaliada com conceito máximo (nota 5), conforme Registro e-MEC nº 20075314 e Portaria nº 562, de 17 de abril de **2009**, publicada no DOU de 20/04/2009 – Seção 1 – página 19.

Em **2010**, a FGV DIREITO RIO recebeu a visita in loco dos avaliadores do MEC para credenciamento da IES, tendo sido avaliada com conceito máximo, (Registro e-MEC 20076958, Portaria nº 351 de 05/04/2012, publicada no DOU de 10/04/2012, Seção 1, página 13).

No ano de **2012**, a FGV DIREITO RIO reduziu de 2 (duas) para 1 (uma) a entrada anual pelo vestibular. Tal iniciativa justificou-se pela intenção de personalizar a formação discente e potencializar a excelência no Ensino do Direito, oferecendo aos estudantes ingressantes maior apoio, atenção e orientação quanto aos rumos de sua profissionalização.

Em razão de análises feitas no decorrer dos primeiros anos de existência, em **2013**, a coordenação da graduação e o corpo docente promoveram alterações na matriz curricular para atender aos seguintes objetivos: (i) atualizar temas e disciplinas, (ii) permitir dupla graduação em parceria com outras Escolas da FGV, (iii) viabilizar a formação de diferentes perfis profissionais e a autonomia discente no processo de qualificação e (iv) estimular intercâmbios entre estudantes do Brasil e do exterior.

Em **2015**, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO recebeu a visita in loco de avaliadores do MEC para a renovação do reconhecimento do curso, tendo recebido nota 5 (pontuação máxima) em 51 dos 53 indicadores avaliados. A renovação do reconhecimento do curso foi regulada pela Portaria nº 419, de 8 de maio de 2017.

No ano de **2017**, a FGV DIREITO RIO recebeu novamente in loco uma comissão do MEC para a avaliação da renovação de credenciamento (2º credenciamento) da IES, atestada pela Portaria nº 974, de 19 de setembro de 2018.



Desde a criação, os índices externos atestam a excelência do curso de graduação da FGV DIREITO RIO: média de 97% de aprovação dos egressos no exame da OAB, cinco estrelas no guia do estudante, pareceres favoráveis das comissões de ensino da OAB (Seccional Rio e Conselho Federal), além das 4 (quatro) avaliações in loco feitas pelo MEC nos anos de **2008, 2010, 2015 e 2017** com aquisição de conceito máximo.

Atualmente, em função (i) do crescimento da relação candidato/vaga, (ii) da emergência de novas demandas de formação em Direito, (iii) da influência do desenvolvimento tecnológico, (iv) das rápidas mudanças no mundo do trabalho e (v) de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, o curso de graduação passou por novas mudanças, apresentadas e justificadas neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2 – O processo de construção do projeto político-pedagógico

A atualização do PPC de graduação resultou do diálogo da comunidade acadêmica sobre os desafios impostos ao ensino e à pesquisa do Direito para promover a formação de bacharéis com vocações variadas, a prática de pesquisa aplicada à solução de problemas contemporâneos de diversas áreas, a crítica ao conhecimento enciclopédico e a adoção de análises interdisciplinares.

O primeiro desafio abarcou as relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão atreladas ao desenvolvimento do país e à colocação institucional no cenário local, regional e internacional, por meio da produção de conhecimento e de soluções a problemas concretos ligados ao Direito.

O segundo desafio referiu-se ao desenvolvimento de habilidades, mediante o aprofundamento teórico e prático para a atuação em diferentes áreas e a reforma de instituições e institutos demandados por questões da atualidade jurídica. Como por exemplo: Ciência de Dados Jurídicos, Design Institucional, Direito Ambiental, Direito e Cidade, Direitos Humanos, Direito Marítimo, Direito Transnacional, Mediação e Arbitragem, Programação para Advogados, entre outros.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO forjou um novo modelo de ensino e de pesquisa que extrapola o interior da faculdade, refletindo sobre a realidade do país e a responsabilidade profissional e acadêmica em (i) indagar e avaliar fenômenos sociais de maneira complexa, (ii) identificar as demandas sociais na proposição de projetos de campo, (iii) resolver



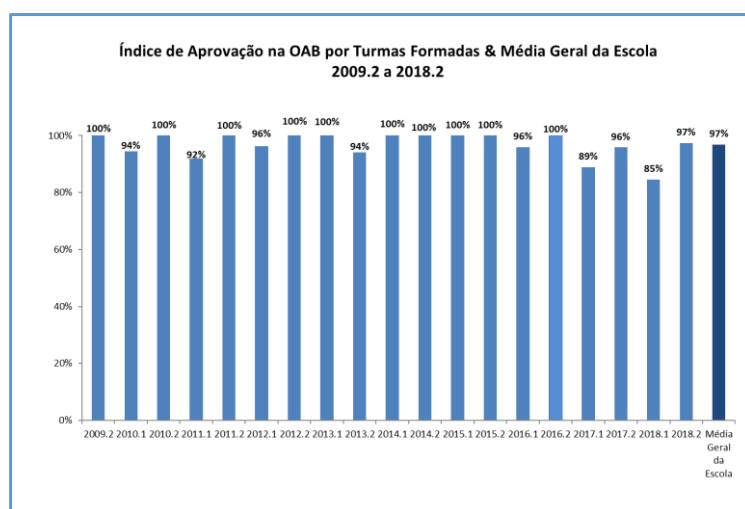
conflitos de modos alternativos, (iv) elaborar políticas públicas locais, regionais, nacionais e internacionais com vieses interdisciplinares e contextualizados e (v) eliminar a distância entre o ensino do Direito e a realidade social, assim como o isolamento do conhecimento jurídico em campos disciplinares distintos.

A FGV DIREITO RIO admite que a mudança na cultura jurídica tradicional e nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão implica na transformação do próprio direito, de seus métodos de ensino e de investigação, bem como de suas práticas no interior das instituições jurídicas.

A estrutura do curso de graduação da FGV DIREITO RIO atende às exigências de formação reguladas pelo MEC e pela OAB. Mas também amplia o currículo com (i) inovações significativas à conquista dos objetivos institucionais, (ii) atividades extracurriculares de grande relevo e impacto social, (iii) experiências de extensão da criação discente e docente em contextos variados e (iv) parcerias nacionais e internacionais com instituições de ensino e pesquisa.

E, apesar dos resultados das avaliações internas e externas apontarem para a excelência da qualidade da formação, tais como, (i) elevados índices de aprovação nos exames da OAB (Gráfico 1) e selo OAB Recomenda (2016/2019 – em 30/01/2019; 2013/2016 – em 13/01/2016; 2010/2013 – em 19/04/2012), (ii) alta produção científica dos corpos docente e discente, (iii) melhores notas e conceitos nas avaliações do MEC, (iv) Certificação Iso 9001 e (v) 5 (cinco) estrelas no guia dos estudantes, a FGV DIREITO RIO reconheceu a necessidade de rever o currículo de graduação.

Gráfico 1: Aprovação do corpo discente da graduação nos exames da OAB



Fonte: Programa de Placement, do NPJ – atualizado em 15/07/2019.



A revisão curricular do curso de graduação em Direito se justificou pelo compromisso institucional com a excelência e com a diversidade da formação para aprimorar a educação jurídica, as instituições e as leis.

Para tal, a partir da atenção às mudanças atuais e da identificação de demandas para atuar no mundo do trabalho e intervir nos problemas concretos, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO disponibiliza um conjunto de oportunidades e abordagens, de experiências e metodologias, interesses e perspectivas para que o corpo discente possa estudar, explorar e atuar de modo a não se submeter a uma forma única de pensar ou de agir.

A formação no curso de graduação da FGV DIREITO RIO contempla os setores privados, as políticas públicas, a tecnologia, os negócios, o mercado, as finanças, as práticas acadêmicas e institucionais, a mídia e a cultura para pensar o futuro do direito atrelado a formas de ensinar, a modos de indagar e a escolhas para agir.

1.2.1 – Etapas da reforma curricular

O processo de reforma curricular foi iniciado em 2016 com a designação de diferentes comissões para a análise de atividades nas áreas de (i) material didático, (ii) currículo, (iii) inovação pedagógica, (iv) publicações e (v) ética e a proposição de sugestões de atualização e enfrentamentos curriculares a serem absorvidos na atualização do PPC, resultante do ciclo avaliativo 2015/2017.

O ano de 2017 foi marcado pelo trabalho dessas comissões, tendo seus representantes fornecido dados tanto para a gestão acadêmica e administrativa da graduação como para a reforma curricular.

Em 2018, a direção designou uma comissão para a reforma curricular do curso de graduação por meio da Resolução Administrativa 007/18. E, nesse mesmo ano, o coordenador da graduação ofereceu uma atividade complementar (ATC) para os alunos da graduação interessados em refletir sobre o currículo em prática e propor novos ajustes ou estruturas.

Os debates forjados entre os membros da comissão e entre o coordenador da graduação e as(os) estudantes inscritas(os) na ATC indicaram os princípios estruturantes para a atualização do PPC da graduação da FGV DIREITO RIO, tais como:

1. Adoção de inovações disruptivas e incrementais capazes de garantir à FGV DIREITO RIO a manutenção das características básicas propostas desde a sua criação e a



- incorporação de novas concepções e práticas por meio de melhoria contínua e da reavaliação permanente;
2. Equilíbrio entre o conhecimento teórico e o desenvolvimento de competências e habilidades;
 3. Adequação de carga horária exigida em sala e extraclasse para que tanto estimulem a pesquisa e a extensão como valorizem atividades em sala de aula do período integral;
 4. Proximidade entre os corpos discente e docente na orientação da formação;
 5. Flexibilização curricular e interdisciplinaridade.

Nos últimos dois anos, outros insumos também fundamentaram a reflexão, o debate e a proposta acerca da reforma do currículo da graduação com expectativa de implementação em 2019, a saber:

1. Pesquisa com egressas(os) e o corpo discente da graduação;
2. Análise das grades curriculares de outros cursos;
3. Discussões no âmbito do Núcleo Docente Estruturante;
4. Apresentação e debate da proposta para os corpos discente e docente.

Encontros periódicos dos membros da comissão de currículo (Resolução Administrativa 007/18), a discussão de temas e a divisão de tarefas para a apresentação de justificativas fizeram parte da rotina de projeção do novo currículo.

Os rumos tomados pelo curso de graduação da FGV DIREITO RIO em face da sua missão de “formar lideranças para pensar o Brasil no século XXI e ser referência no ensino e na pesquisa do Direito” e da sua responsabilidade administrativa e acadêmica com a excelência de suas atividades resultaram dos seguintes objetivos:

1. Reduzir a quantidade de disciplinas nos três primeiros anos, mantendo o modelo de tempo integral;
2. Iniciar o ciclo de especialização (eletivas) no 6º período;
3. Estimular a internacionalização e conciliar o intercâmbio com os dois anos de estágio;
4. Ampliar a realização de atividades práticas, fomentar o empreendedorismo e práticas de voluntariado e impacto social;
5. Ampliar o estudo da tecnologia no direito;
6. Definir trilhas de especialização, assegurando a oferta regular e equilibrada de disciplinas em cada trilha;
7. Adequar o currículo à ampliação da graduação.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018, o amplo debate sobre a proposta de reforma curricular foi intensificado, tendo sido aprovada pela direção, pelo NDE, pelos corpos



docente e discente para a sua implementação nos meses subsequentes e a sua execução em fevereiro de 2019, conforme publicado no DOU de 28 de dezembro de 2018.

1.2.2 – Princípios norteadores da reforma curricular

A reforma curricular do curso de graduação da FGV DIREITO RIO foi norteada pelos princípios ressaltados a seguir.

A **excelência do curso** de graduação em Direito da FGV DIREITO RIO baseia-se na qualidade do corpo docente, na rigorosa seleção do perfil discente, nas práticas de impacto em instituições e na sociedade, no aprimoramento de saberes teóricos, técnicos e práticos e na reputação institucional amparada por avaliações internas e externas (ver item 1.1 deste PPC).

A **construção conjunta** da nova grade e o **amplo debate** são pautados no engajamento da comunidade acadêmica com a alta qualidade da formação em Direito.

A **flexibilidade curricular** visa a (i) viabilizar a formação de diferentes perfis, (ii) enfatizar atividades práticas, de pesquisa e de extensão, (iii) promover experiências culturais e sociais, (iv) incentivar a internacionalização da escola e (vi) promover diversas atividades de estágio e de aplicação do direito.

A **interdisciplinaridade** perpassa todas as atividades do curso de graduação, sendo enfatizada pelo estímulo à formação complementar e à dupla graduação em Administração, Ciências Sociais, Economia, Matemática Aplicada e Relações Internacionais, além de marcar o incentivo à mobilidade acadêmica nacional e internacional como fonte de contato com outros institutos do Direito.

A **inovação** no curso de graduação da FGV DIREITO RIO pode ser abordada por 3 (três) vieses: didático, metodológico e curricular. A recusa de um modelo único de ensino caracteriza a inovação metodológica, bem como a adoção da obrigatoriedade de atividades práticas de solução de problemas.

A inovação didática visa à superação da aula-conferência, do ensino meramente informativo e enciclopédico e a valorização do raciocínio analítico, da prática de pesquisa aplicada, da participação proativa do corpo docente, do estímulo docente à curiosidade e a proposição de solução de problemas concretos, da interação dialógica entre docentes e discentes em torno do conhecimento teórico e prático.



Sob o viés interdisciplinar, proporcionando ao corpo discente experiências variadas em disciplinas propedêuticas e profissionais de cunho obrigatório, eletivo e prático, a inovação curricular almeja a construção de competências fundamentais para a atuação em diversos campos. O que envolve posturas docentes e discentes na incorporação de atitudes didáticas que viabilizem (i) a progressão e a variedade de habilidades ao longo do curso, (ii) a complementação e a alternância produtiva dos papéis de quem ensina e quem aprende, (iii) a identificação de problemas relacionados às formas de ensinar e de aprender, (iv) a criação de diferentes modelos de avaliação e (v) a aplicação concreta de conceitos apreendidos.

Outros exemplos da inovação: (i) a redução da oferta de disciplinas obrigatórias e a sua concentração na primeira metade do curso, viabilizando a atualização de conteúdos, a diversificação de abordagens didáticas, a ampliação da oferta de disciplinas eletivas e o protagonismo discente na sua própria formação, bem como (ii) a dinâmica na construção de habilidades que caminha da maior atividade docente e maior passividade discente para a maior passividade dos primeiros e maior atividade/autonomia dos segundos, em consonância com a revisão dos papéis pedagógicos.

A **internacionalização** se constitui numa marca do curso de graduação da FGV DIREITO RIO, incentivando o intercâmbio discente e docente em diferentes níveis e modos de atuação (ver item 5.2 deste PPC).

A **diversificação de experiências** faz parte da formação em direito, por isso, desde o ingresso, o corpo discente possui a obrigatoriedade de desenvolver atividades complementares (ATC) sociais, de pesquisa e internacionais. A atividade complementar internacional (ATCI) abarca o intercâmbio, a atuação em simulações internacionais, a participação em eventos acadêmicos, a realização de disciplinas em língua estrangeira oferecidas no curso de graduação da FGV DIREITO RIO ou demais Escolas da FGV.

A atividade complementar social (ATCS) reforça o compromisso e a responsabilidade institucional com os problemas sociais. Por meio (i) da atuação em Entidades Estudantis, (ii) do trabalho social em Organizações Não Governamentais (ONGs), (iii) da prestação de serviços comunitários, de assessorias, de consultorias, de cursos para comunidades de risco ou de baixa renda espera-se que o corpo discente da FGV DIREITO RIO se conscientize das questões presentes



em nossa realidade, comprometendo-se ética e tecnicamente na busca por solução aos problemas mais amplos.

A atividade complementar de pesquisa (ATCP) fortalece a prática de iniciação científica e a postura inquieta frente ao conhecimento disponível em diferentes campos do saber. Assim a participação em pesquisas com bolsa PIBIC e em pesquisas dos Centros de Pesquisa da FGV DIREITO RIO sob a coordenação e a orientação docente são atividades obrigatórias para o corpo discente, compreendendo a investigação científica como fundamental para o desenvolvimento do conhecimento e de sua racionalidade.

O **impacto social** produzido pela prática jurídica e pautado pelos valores do Núcleo de Prática Jurídica (inovação, excelência técnica, responsabilidade social e ética profissional) norteia a integração entre a prática e os conteúdos teóricos com vistas à intervenção na realidade jurídica brasileira. Ao mesmo tempo, fortalece a independência discente, afirmando os conhecimentos necessários à formação profissional em determinada área de atuação e ao trabalho em equipe.

A prática jurídica propulsora de inovações e soluções alternativas de conflitos de grande relevância nacional, por um lado, enfatiza ações de natureza consultiva na promoção de interesses coletivos, direitos difusos e temas de relevância social e, por outro, desenvolve atividades jurídicas voltadas à produção de impacto positivo nas instituições, na sociedade e na formulação de políticas públicas.

A relevância da prática de **pesquisa acadêmica** para a formação intelectual e profissional do corpo discente visa à abordagem de temas relevantes por meio de metodologias e técnicas de investigação próprias da pesquisa acadêmica.

Incentivo à **meritocracia** por meio de premiações a estudantes que se destacam com produção acadêmica inovadora e de qualidade.

Portanto, a reforma curricular foi levada a efeito pelos seguintes princípios: da excelência da formação, da construção conjunta de conhecimentos e práticas, do amplo debate sobre fatos e temas, da flexibilidade de racionalidades e práticas, da interdisciplinaridade na construção de saberes, da inovação didática, metodológica e curricular, da internacionalização institucional, da diversificação de experiências, do impacto social no desenvolvimento de conhecimentos e práticas, do incentivo à pesquisa acadêmica e do reconhecimento do mérito daqueles que compõem a comunidade acadêmica.



1.3 – Missão institucional

O curso de graduação da FGV DIRETO RIO possui a missão de “construir uma Escola de Direito que seja referência no Brasil em carreiras jurídicas públicas e direito empresarial, formando lideranças para pensar o Brasil em longo prazo e ser referência no ensino e na pesquisa jurídica para auxiliar o desenvolvimento e avanço do país”, atrelando-se à missão geral da Fundação Getulio Vargas de “estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional”.

1.4 – Visão do curso

A formação no curso de graduação FGV DIREITO RIO atende à visão institucional da FGV: “ser reconhecida como instituição inovadora, comprometida com o desenvolvimento nacional, pela formação de uma elite acadêmica, pela geração de bens públicos nas áreas sociais e afins, garantindo a sua sustentabilidade econômica com a prestação de serviços de qualidade e elevado padrão ético”.

A qualidade da formação, a excelência das práticas, a inovação didática e metodológica, a universalidade de conhecimentos, a proatividade discente, a liberdade de cátedra e a disposição ao debate são os valores que asseguram as finalidades definidas neste PPC e implementadas pela gestão do curso de graduação da FGV DIREITO RIO.

1.5 – Articulação do PPC com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O PPC de graduação da FGV DIREITO RIO converge para as políticas institucionais de ensino, de pesquisa e de extensão presentes no PDI, articulando reflexões e práticas de sua comunidade acadêmica à missão institucional e às finalidades e aos objetivos do curso.

Em favor do desenvolvimento da instituição, o curso de graduação e os programas de pós-graduação são parceiros, desenvolvendo ações de inovação metodológica, de produção de pesquisa, de compartilhamento de experiências docentes e de publicação, além da participação docente de diferentes áreas num mesmo projeto, garantindo com isso a postura interdisciplinar e colaborativa.

A aproximação com o PDI evidencia-se por meio da política de acervo bibliográfico e do plano de carreira da IES, ambos propostos e executados para a qualificação da formação, da excelência e do desenvolvimento das atividades acadêmicas institucionais.



As atividades de extensão também caracterizam a coerência entre o PPC, o PDI e a missão da FGV DIREITO RIO por conduzirem reflexões atuais sobre Brasil e por impactarem positivamente a vida das pessoas e o funcionamento de instituições (ver item 6.2.4 e capítulo 10, neste documento).

Por fim, cabe ressaltar que o curso de graduação da FGV DIREITO RIO adota práticas avaliativas de todas as atividades com alta adesão do corpo discente, entrelaçando as experiências acadêmicas e o compromisso institucional com os resultados de excelência expressos neste PPC.

2. Concepção e Objetivos Gerais do Curso

2.1 – Compromisso social

Desde a sua origem, a FGV DIREITO RIO engajou o seu projeto de Escola nas bases institucionais da FGV, em que o desenvolvimento social nos âmbitos local, nacional e internacional se apoia na excelência do ensino e da pesquisa jurídica de cunho empírico e coletivo para:

1. A identificação de problemas de interesse jurídico e político;
2. O debate de temas relevantes;
3. A investigação de temas e problemas ligados ao desenvolvimento do conhecimento, das leis e das instituições;
4. A circulação e socialização dos resultados de pesquisa;
5. A solução criativa de problemas jurídicos;
6. A formação qualificada para atuação no mercado de trabalho, no espaço jurídico-empresarial público e privado;
7. A construção de políticas públicas;
8. O desenvolvimento de conhecimentos por meio de pesquisa e atividades acadêmicas;
9. O estabelecimento de convênios e parcerias com instituições e/ou entidades sem fins lucrativos.

A FGV DIREITO RIO incorpora o compromisso e a responsabilidade social a partir da sua missão no que se refere à formação ética e acadêmica comprometida com as necessidades sociais do país, tendo em vista a excelência da formação, a produção de ações e pesquisas que



impactam nos direitos e nas instituições, bem como na circulação de conhecimentos que refletem sobre o processo de desenvolvimento nacional.

A FGV DIREITO RIO atesta o seu compromisso social global e a sua externalidade internacional mediante (i) o intercâmbio de docentes e de discentes, (ii) a produção acadêmica em periódicos renomados e estrangeiros, (iii) 60 convênios com instituições de ensino e pesquisa de diversos países, (iv) o financiamento de projetos com abrangência nacional e internacional, (v) o programa de *Fellow* que acolhe de pesquisadoras(es) para o desenvolvimento de atividades de ensino e de pesquisa colaborativa entre universidades, (vi) o incentivo à participação de discentes em competições e simulações jurídicas nacionais e internacionais, entre outras (vii) ações ligadas à pesquisa científica e ao ensino do Direito.

O compromisso social da FGV DIREITO RIO reflete a sua responsabilidade institucional e seu comprometimento com o desenvolvimento do bem-estar social e coletivo, enfatizados pela formação profissional de excelência, pelas posturas éticas dos quadros docente, discente, técnico-admirativo e gestor, pelo desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes adequadas e coerentes com o futuro do Direito e de suas instituições.

2.2 – Contextualizações política, geográfica e social

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO é oferecido no município do Rio de Janeiro, que ultrapassa os 6 milhões e meio de cálculo populacional e possui o 4º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil de 0.761, ficando atrás apenas do Distrito Federal (0.824), São Paulo (0.783) e Santa Catarina (0.774), conforme dados do IBGE (2018).

Apesar dos dados do IBGE sobre IDH, a realidade do município de Rio de Janeiro e do Brasil, de modo geral, envolve diferenças problemáticas que desafiam o exercício do Direito, tais como: concentração de alta densidade demográfica e populacional em determinadas áreas, desigualdade na distribuição de renda e na geração de riquezas, fortes contrastes



socioeconômicos¹ e educacionais, população que nunca frequentou escola, acesso restrito a cursos superiores e a programas de pós-graduação, entre muitos outros.

O contexto social, geográfico e político incita a comunidade acadêmica do curso de graduação da FGV DIREITO RIO a se envolver com o papel do ensino superior na mobilidade e na transformação social por meio de pesquisas e estudos, do desenvolvimento de projetos e recursos técnicos e tecnológicos, da oferta de política de bolsas de estudos e de pesquisa, da proposição de políticas públicas e de petições de grande impacto e abrangência social, em modalidades de inclusão social, contribuindo sobremaneira para a eliminação de barreiras ao crescimento e ao desenvolvimento do país.

O curso de graduação, por meio de pesquisas empíricas e estudos de campo, se propõe a refletir sobre o espaço político, geográfico, social e econômico, visando a (i) ampliar as discussões, (ii) a vislumbrar ações sobre a sociedade e suas formas competição, a compreender a gênese e a estruturação de conflitos, dos meios de exercício do poder e das modalidades de gestão e (iii) a colaborar para o desenvolvimento do município e do Estado do Rio de Janeiro em busca de respostas concretas a questões sociais locais, regionais e nacionais.

A partir da compreensão de problemas concretos e da proposição de alternativas de ação articuladas ao modelo de economia globalizada, o curso de graduação contribui com o desenvolvimento da sociedade com (i) resultados de pesquisa com impacto na intervenção de gestores, (ii) estudos e desenvolvimento de produtos e tecnologias essenciais à infraestrutura urbana, (iii) análises sobre mobilidade urbana e modelos de cidades inteligentes para o aprimoramento do sistema produtivo de redes de transportes e de comunicações, de parques industriais e tecnológicos, dos serviços de saúde e educação, de empreendedores e de inovações na organização de instituições e empresas, (iv) fundamentos para a construção de políticas públicas, (v) entre outras ações em curso com atividades previstas até 2020, conforme resumidas no ANEXO I.

¹ Segundo dados do IBGE, no Rio de Janeiro, cerca de 40% dos domicílios da região metropolitana possuem renda de zero até um salário mínimo, 46% se encontram na faixa salarial entre um e três salários e 14% dos domicílios têm renda superior a três salários mínimos, sendo que destes apenas 1,3% totalizam domicílios com rendimento acima de dez salários mínimos.



2.3 – Finalidades

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito e o Regimento do Curso de Graduação em Direito (ANEXO II), se constituem como finalidades:

1. Estimular a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo;
2. Formar profissionais para atuação em diferentes áreas de conhecimento e setores da sociedade brasileira;
3. Incentivar a pesquisa científica, visando o desenvolvimento da ciência da tecnologia, da criação e difusão da cultura;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade;
5. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
6. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, oferecendo soluções criativas e estratégicas à comunidade;
7. Promover a extensão e a abertura à participação da população, difundindo as conquistas e os resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
8. Estudar e pesquisar o Direito em consonância com outros campos do saber e em busca de solução aos problemas institucionais do país;
9. Divulgar resultados de pesquisas por meio de publicações ou de outras formas de comunicação;
10. Forjar convênios com instituições privadas e públicas em busca de solução aos problemas do Direito e do país e
11. Manter intercâmbio com IES nacionais e estrangeiras em favor do desenvolvimento do conhecimento, de técnicas e de tecnologias.

A comunidade acadêmica deverá identificar as demandas sociais, políticas, econômicas e gestoras em diálogo com o sistema normativo, enfatizando:

1. A formação de qualidade e excelência em Direito, conforme as metas do PDI;
2. A sólida formação nas áreas tradicionais do Direito e em novas áreas forjadas pela investigação dos problemas concretos;
3. A valorização da diversidade cultural e o respeito aos valores democráticos e dos Direitos Humanos.
4. O olhar sensível para os grupos minoritários e para suas necessidades de justiça em prol dos direitos;
5. O ensino de conhecimentos teóricos aplicados a situações cotidianas, por meio do estudo de casos relativos a setores públicos e privados, voltados para a solução de problemas de ordem individual e coletiva;
6. A progressão de habilidades críticas, analíticas, criativas, comunicacionais, socioemotivas;



7. O contato e a interpretação com dados empíricos para a proposição de políticas públicas e outras formas de enfrentamento dos problemas;
8. A investigação de questões socioambientais, de economia de mercado relativas ao Direito.

Por meio dos objetivos e pressupostos apresentados, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO impulsionará discentes e docentes na direção das competências e habilidades a serem conquistadas, conforme item a seguir.

2.4 – Competências e habilidades

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO visa à construção didática forjada no equilíbrio entre os conteúdos teóricos e a aplicação prática, de modo que as habilidades desenvolvidas possam incidir sobre a realidade brasileira e seus problemas.

As habilidades a serem desenvolvidas durante a formação envolvem novas posturas do corpo docente e discente na incorporação de posturas didáticas que viabilizem (i) a progressão e a variedade de habilidades ao longo do curso, (ii) a complementação e a alternância produtiva dos papéis de quem ensina e quem aprende, (iii) a identificação de problemas relacionados às formas de ensinar e de aprender e (iv) a criação de diferentes modelos de avaliação.

O curso de graduação propõe o desenvolvimento de habilidades em consonância com a revisão dos papéis pedagógicos de docentes e discentes de modo que o fluxo das habilidades caminhe da maior atividade dos professores e maior passividade dos alunos para a maior passividade dos primeiros e maior atividade dos últimos.

Espera-se que o corpo discente, desde o seu ingresso, adote uma postura crítica em relação ao conhecimento, jamais tratado como verdade absoluta e inquestionável.

Contudo, o exame crítico de temas e assuntos exige um mínimo de conteúdo para a indagação de situações, fatos ou fenômenos. Por este motivo, no início da formação o corpo docente assume um papel mais ativo e o corpo discente, um papel mais passivo. Ambos os papéis são reforçados pelo privilégio do método socrático com ênfase em conteúdo teórico e conceitos que exigem uma carga de leitura alta por parte do corpo discente e uma disposição problematizadora por parte do corpo docente, o que se considera fundamental para a construção do **raciocínio crítico**.



Uma vez conquistado o raciocínio crítico, os corpos docente e discente passam a interagir com maior equilíbrio da atividade desempenhada pelos seus papéis, em função da aprendizagem significativa baseada em problemas que reforçam o **raciocínio analítico** na procura por respostas. Nesse caso, o processo de pesquisa é a tônica da formação, envolvendo o corpo discente num protagonismo que o coloca diante da elaboração de hipóteses, da procura por recursos e informações que se apliquem à solução ou produto final demandado, ressaltando a formação que não separa o aprender do fazer, e aproximando quem ensina de quem aprende na solução do problema enfrentado.

A terceira fase da progressão de habilidades envolve duas dimensões do raciocínio: a **criatividade** e a **comunicação**. Nesta etapa, o corpo discente torna-se o protagonista de sua formação, atuando com mais autonomia e proatividade nos embates acadêmicos e práticos. O corpo discente volta sua performance para a participação em competições simuladas e embates argumentativos forjados na construção de pesquisas orientadas pelo corpo docente.

Por fim, a FGV DIREITO RIO reconhece que o corpo discente deva explorar outras formas de ensinar e aprender, entrando em contato com outras experiências didáticas em instituições diversas, completando sua formação e ampliando suas **habilidades profissionais e relacionais**.

2.5 – Perfil do egresso

A partir das finalidades e habilidades mencionadas, o perfil de egressas(os) do curso de graduação da FGV DIREITO RIO se pauta na formação profissional adequada à construção de bens públicos e privados em benefício da sociedade e à criação de soluções para os problemas sociais contemporâneos.

A formação proposta inclui o domínio de áreas tradicionais do Direito e também conhecimentos interdisciplinares, como os do campo da Economia, da Administração, da Matemática, das Finanças, entre outros.

Embora a FGV DIREITO RIO possua uma forte orientação à formação em Direito da Regulação, a integralização do currículo do curso de graduação permite ao (à) bacharel egressa(o) atuar em diferentes áreas: empresarial, contenciosa, carreiras públicas, regulação, tecnológica, acadêmica etc.



A atuação em ensino e pesquisa e a participação na formulação de políticas públicas fazem parte do perfil esperado pelo curso de graduação da FGV DIREITO RIO. Ao lado de capacidades empreendedoras, de respostas criativas e inovadoras às demandas sociais e às de um mercado dinâmico e globalizado.

A formação de profissionais engajadas(os) com a missão institucional da FGV, de modo geral, e da FGV DIREITO RIO, especificamente, se constitui na força motriz para: (i) a adoção dos princípios éticos e democráticos, (ii) o desenrolar de atitudes responsáveis com o bem-estar social, (iii) o desenvolvimento de práticas confiáveis a serem seguidas e (iv) a inserção do Brasil no cenário internacional.

Tendo em vista os objetivos e as novas demandas sociais e do mercado profissional no campo do Direito, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO se compromete com a formação voltada para o desenvolvimento de diferentes capacidades, tais como: (i) domínio de conceitos fundamentais do Direito; (ii) pensamento analítico de questões práticas e teóricas; (iii) criatividade no enfrentamento situações, fatos ou fenômenos e na proposição de soluções técnicas e tecnológicas; (iv) uso preciso e adequado da língua na comunicação escrita e oral, além da linguagem materna; (v) gestão de pessoas, de processos e projetos, conforme exigida pela dinâmica profissional; (vi) trabalho em equipe; (vi) adequação e adaptação às mudanças jurídicas, econômicas e sociais; (vii) uso de métodos qualitativos e quantitativos na análise e interpretação interdisciplinar do Direito; (viii) programação básica para advogados; (ix) ética no enfrentamento de problemas e dilemas jurídicos e (x) responsabilidade na tomada de decisões quanto às demandas da sociedade em que o exercício do Direito se insere.

3. Oferta e vocação do curso

3.1 – Regime acadêmico

Seriado semestral, com um ingresso anual.



3.2 – Oferta de vagas

A FGV DIREITO RIO foi autorizada pelo Ministério da Educação (MEC), desde a sua criação para oferta de 100 vagas anuais, tendo este número aumentado para 180, conforme a Nota Técnica nº 145/2018/CGFP/DIREG/SERES/SERES sobre o Processo nº 23000.008543/2018-16.

3.3 – Horário de funcionamento

Integral.

3.4 – Ingresso

100 vagas ingressantes no início do cada ano letivo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Vagas para o ingresso na graduação em Direito da FGV DIREITO RIO

VAGAS (quantidade em números)								TURNO	TURMAS
AUTORIZADAS	VESTIBULAR	ENEM	IB	ABITUR	SAT	BAC	TOTAL		
180	70	20	5	5	5	5	110	Integral	2

3.5 – Perfil discente

A formação em direito no curso de graduação da FGV DIREITO RIO requer do corpo discente a disposição à leitura, não só para as leituras técnicas e especializadas, mas também para as clássicas sobre filosofia, sociologia, antropologia, entre outras.

A prática da leitura amplia a capacidade de articular informações e transformar saberes, de expressar ideias e de convencer pessoas, de prestar atenção em fatos/fenômenos/comportamentos e de interagir nos diferentes momentos da vida profissional, de fazer alegações públicas, defender teses e pontos de vista.

Contudo, o mundo contemporâneo exige outros domínios que vão além da capacidade de problematização, de comunicação e de argumentação. Em face das novas tecnologias e dos diferentes canais de projeção da experiência acadêmica, profissional e social aspectos como falar bem, saber ouvir, abrir-se à negociação ou atrair adesões, embora indispensáveis, são insuficientes. É preciso trabalhar em equipe, empreender, antecipar demandas, resolver problemas. E, nesse caso, o conceito de interdisciplinaridade é central, já que os conhecimentos de outras áreas habilitam o corpo discente para criticar, analisar, criar, comunicar e interagir nas



mais adversas situações e de maneira mais ampla, que as abordagens isoladas do direito não garantiriam.

A atuação profissional passa por diversas etapas, que não podem ser realizadas por uma só pessoa ou com o conhecimento de um único campo. Por isso, a formação numa determinada área e a atualização permanente associam-se ao diálogo com outras áreas de atuação e outras formas de perceber, de pensar, de fazer e resolver uma determinada questão.

Também a rapidez da circulação de informações, da mudança de entendimentos sobre questões, dos contornos políticos, econômicos, sociais, empresariais impacta na formação profissional desejada, demandando um espírito questionador e investigativo.

Levando-se em consideração as premissas anteriormente expostas, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO seleciona o perfil discente adequado à conquista dos objetivos e à concretização da missão institucional, identificando previamente potencialidades para a admissão no projeto da Escola.

A primeira delas trata-se da compreensão do universo acadêmico do ensino superior, em que o conhecimento é objeto de desenvolvimento e não de mero acúmulo quantitativo e abrangente como garantia da melhor classificação. Ao contrário, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO concebe o conhecimento como qualificação para a instauração de mudanças nas formas de pensar e agir em favor da solução a problemas concretos.

Por este motivo, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO adota métodos ativos que fortalecem a autonomia de estudantes e as responsabilidades individuais e coletivas em busca de competências de leitura, de análise e de produção textuais, de interpretação e de investigação de documentos e teses, de raciocínio e de argumentação crítica, de diagnóstico, de síntese e de proposição, de domínio de linguagens variadas e diferentes saberes, de compreensão da realidade e de intervenção concreta.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO assume o compromisso de formar o aluno com excelência intelectual e consciência de sua função social, cultural e histórica. Acreditando que, por meio da postura investigativa, analítica e proativa, a qualificação profissional para o exercício de diversas carreiras jurídicas seja relevante às decisões para o desenvolvimento do país.

A formação oferecida pela FGV DIREITO RIO entende que o aprender e o realizar consistem em faces da mesma realidade e manifestam a interdependência entre a teoria e



prática. Esta postura abarca a profissão e o compromisso de usar os ensinamentos adquiridos para pensar e transformar o Brasil.

O perfil profissional proposto pela FGV DIREITO RIO traduz-se em:

1. Formação humanística, técnico-jurídica e prática indispensável à compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
2. Senso ético profissional associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
3. Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
4. Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
5. Capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos e
6. Visão atualizada de mundo e consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

O perfil exigido também se adequa ao Exame Nacional de Estudantes (Enade) e ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB) com o desenvolvimento das seguintes habilidades instrumentais:

1. Leitura e compreensão de textos e documentos legais;
2. Interpretação e aplicação do Direito;
3. Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
4. Produção criativa do Direito;
5. Correta utilização da linguagem: clareza, precisão, propriedade, fluência verbal e riqueza de vocabulário;
6. Utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
7. Julgamento e tomada de decisões;
8. Utilização de instrumentos e técnicas para conhecimento e exercício do Direito e
9. Capacidade de entender a estrutura das instituições, inclusive o processo de sua construção, possibilitando sua reformulação crítica (ampliando o leque de opções institucionais) quando necessário.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO visa à adequação de respostas jurídicas às questões sociais das carreiras públicas e privadas, à consultoria jurídica, ao investimento na magistratura, à investigação acadêmica e profissional na solução a problemas tecnológicos e técnicos, à criatividade de atividades empreendedoras, alternativas e preventivas de problemas



da justiça, evidenciando o seu compromisso com a formação inicial de perfis aptos ao desenvolvimento do país.

3.6 – Perfil docente

O perfil docente do curso de graduação da FGV DIREITO RIO exige uma política de formação e de qualificação de professoras(es), de pesquisadoras(es), mestres e doutoras(es), na articulação das dimensões ensino, pesquisa e extensão.

Os princípios gerais norteadores do perfil docente do curso de graduação da FGV DIREITO RIO são:

1. A valorização de conhecimentos adquiridos no processo de desenvolvimento intelectual do docente;
2. A garantia de atividades de ensino, de orientação, de pesquisa e de publicações;
3. A atuação em projetos e grupos de pesquisa;
4. O envolvimento com ações de extensão e de socialização das atividades pertinentes à contribuição com o conhecimento de sua área;
5. O estímulo à contribuição intelectual e acadêmica por meio da formação de estudantes e da influência teórica na área de atuação;
6. A participação em bancas examinadoras, organização de eventos científicos e acadêmicos, atividades de difusão científica, comitês editoriais, atividades acadêmico-administrativas, atividades administrativas em sociedades científicas e de extensão na formulação de políticas públicas.

Aspectos inovadores e de excelência se traduzem no currículo diferenciado do curso de graduação da FGV DIREITO RIO destinado à formação de diferentes perfis discentes (item 3.4, deste PPC) voltados ao campo dos negócios, à formulação e gestão de políticas públicas, à atuação em carreiras públicas, às atividades de pesquisas e acadêmicas na área do Direito, entre outros.

O corpo docente do curso de graduação da FGV DIREITO RIO, de modo geral, se compromete com a trajetória institucional da FGV e, especialmente, com a exigência de ser referência para o ensino e a pesquisa no Direito, buscando aplicar metodologias ativas de ensino, interagir e amparar o corpo discente no desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e práticas, bem como articular resultados de pesquisa institucionais a pesquisas de outros espaços de formação nacionais e internacionais.



A formação continuada de docentes está atrelada a aperfeiçoamentos acadêmicos internos e externos, de modo a estimular o ingresso e a permanência de docentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e o aprimoramento por intermédio do Programa de Formação Docente da FGV DIREITO RIO – Espaço Docente e do Programa de Apoio Complementar a Pesquisa e ao Ensino (Resolução Administrativa de 7/12/2018) –, que beneficia docentes com doutorado e em regime de trabalho de tempo integral na investidura de pós-doutoramento no exterior.

Dados entre 2012 a 2018 apontam o crescimento da FGV DIREITO RIO em face da titulação (Gráfico 2) e do regime de trabalho da (Gráfico 3) do corpo docente.

Gráfico 2: Titulação do corpo docente da graduação

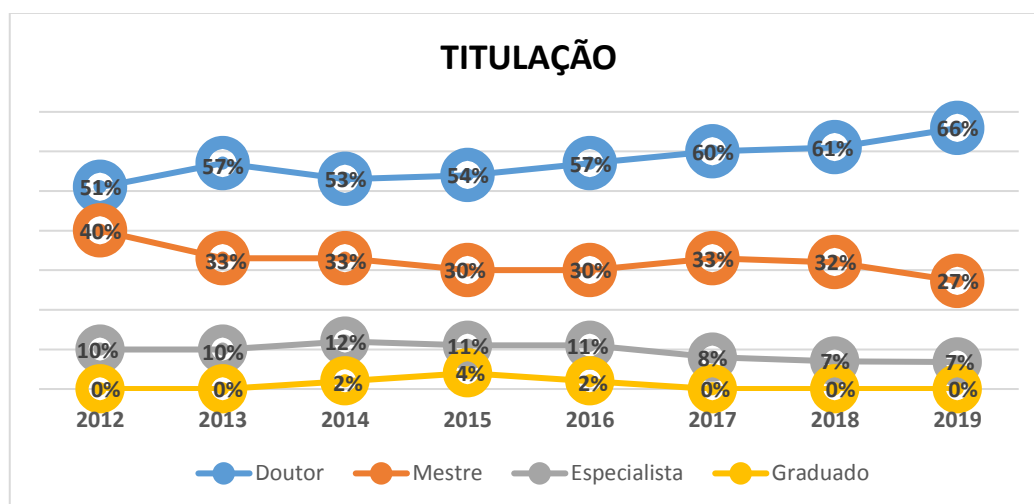
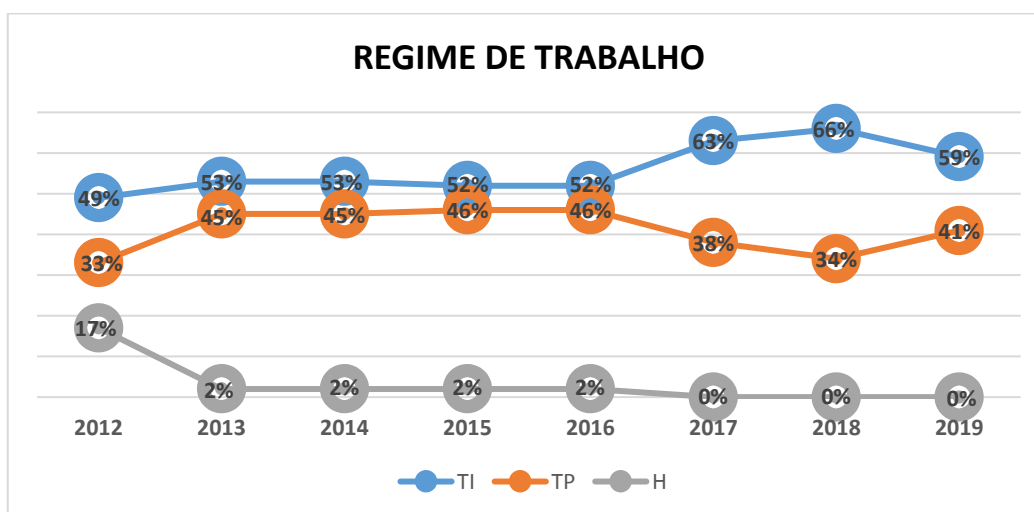


Gráfico 3: Regime de trabalho do corpo docente da graduação



O compromisso da FGV DIREITO RIO com a excelência da formação é demonstrado pelo número elevado de docentes doutores e pela ampliação do regime de trabalho em tempo integral, o que edifica a oferta de diversas linhas e grupos de pesquisa, bem como a ênfase em atividades de extensão relativas ao impacto social e ao incentivo à formação integral e à dedicação acadêmica.

Quanto ao Espaço Docente (ED), ao longo dos períodos letivos, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO promove a troca entre docentes das diversas áreas do direito sobre métodos de ensino, conteúdos de ensino e mecanismos de avaliação, investigação de problemas práticos de suas áreas de atuação, seminários e oficinas, grupos de estudo e comissões de reformas curriculares, de materiais didáticos, de inovação didática, entre outros.

Com o objetivo de assessorar o corpo docente nas atividades didáticas e metodológicas, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO possui uma coordenação de ensino que tem a responsabilidade de reforçar os objetivos institucionais e a sua missão é de garantir a transparência das práticas e dos seus avanços mediante a avaliação de todas as atividades acadêmicas.

O Programa de Remuneração por Produção Estratégica da FGV DIREITO RIO foi criado para garantir a valorização salarial, incentivar a produção em periódicos de alto impacto e ampliar os níveis de internacionalização, conforme a Resolução Interna Administrativa 004/18.

O curso de graduação estimula a produtividade acadêmica apoiada na alta qualidade e em práticas de excelência de ensino e de aprendizagem, de produção e de difusão do conhecimento, do desdobramento de pesquisas de impacto à pesquisa nacional e internacional, da inserção social comprometida com a produção de bens públicos que atestam a missão institucional.

4. Carga Horária das Atividades Didático-Formativas e Integralização do Curso



4.1 – Carga horária

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO possui uma carga horária de 4.500 h/a, totalizando 3.750 horas relógio, conforme detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Carga horária do curso de graduação da FGV DIREITO RIO

ATIVIDADES			Carga horária (horas)
Disciplinas	Obrigatórias		1.500
	Eletivas		1.000
	Projeto de Campo (<i>Field Project</i>)		250
Estágio Supervisionado	Oficinas		150
	Clínicas		100
Atividades Complementares	Obrigatórias	Internacionais	150
		Pesquisa	50
		Social	50
	Eletivas		250
Trabalho de Curso			250
Total Geral			3.750

4.2 – Integralização

O tempo mínimo para integralização do curso de Direito é de 5 (cinco) anos e o limite máximo, 7 (sete) anos e meio, conforme previsto no art. 2º da Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, e no Parecer nº 8, de 31 de janeiro de 2007.

4.3 – Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de graduação FGV DIREITO RIO encontra-se sistematizada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a área do Direito.

A Organização Curricular do Curso (OCC) contemplada, neste PPC, ressalvadas as articulações interdisciplinares e teórico-práticas, distribui temas, conteúdos e atividades em três eixos de formação: geral, técnico-jurídica e prático-profissional.

A estruturação dos três eixos foi pensada a partir (i) da construção progressiva de habilidades ao longo do curso, (ii) da mudança produtiva e gradual de papéis docentes e discentes, (iii) das formas de aprendizagem e de abordagem de conteúdos e (iv) de novos modelos de avaliação. De modo que, além da aquisição de conhecimentos formais, conceituais e de suas aplicabilidades, a formação de novos perfis profissionais abarcasse também capacidades de:



1. Pensamento crítico por meio de diferentes movimentos teóricos;
2. Pensamento analítico na decomposição de problemas;
3. Criatividade na proposição de novas formas de enfrentamento e resolução de problemas;
4. Social *skills* na construção de redes de relacionamento (*networking*);
5. *Communication skills* na produção de apresentações e de argumentos para convencimento;
6. Gerenciamento pessoal e de grupo na gestão de equipes e na administração das relações interpessoais e
7. Habilidades socioemocionais na evidência de formas apropriadas de resiliência, de disciplina, de liderança.

Para tal, a FGV DIREITO RIO desenvolveu uma metodologia de ensino-aprendizagem que comporta diferentes abordagens e diversos métodos de modo a garantir a integração entre conceitos e teorias e as formas de aplicação e de atuação prática (item 6 deste PPC).

4.3.1 – Eixo de formação geral

O eixo de formação geral abarca os elementos fundamentais do Direito, articulando-os à visão filosófica e humanista, ao conhecimento das ciências sociais e às abordagens de novas tecnologias da informação e da comunicação.

A apropriação de conceitos fundamentais do direito se caracteriza pela compreensão do Direito por meio de diferentes racionalidades das ciências políticas, filosóficas, sociológicas, antropológicas, econômicas, psicológicas e deontológicas.

4.3.2 – Eixo de formação técnico-jurídica

O eixo de formação técnico-jurista envolve a dogmática de normas, princípios e regras que estruturam diversas áreas do direito, suas teorias e suas formas de aplicação com vistas a análises teórico-jurídicas dos desafios do Direito e à proposição de solução aos problemas concretos.

Neste eixo, a compreensão do Direito passa por atualizações e seguimentos influenciados por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, que atestam a transitoriedade e a dinâmica de conhecimentos que incidem sobre o Brasil e suas relações internacionais.

4.3.3 – Eixo de formação prático-profissional

O eixo de formação prático-profissional encontra-se centrado na da formação prática articulada às teorias e temáticas abordadas em todas as disciplinas do curso de forma que a



futura atuação profissional seja permeada por uma reflexão, objetivando a transformação da realidade.

Este momento formativo expressa a recusa da FGV DIREITO RIO em conceber a compreensão do Direito como mero acúmulo de conteúdos e informações e sim como resultado da dinâmica do processo de formação geral e técnica articulada à sua aplicação concreta na realidade.

Para tal, a oferta de uma vasta gama de disciplinas eletivas promove amplamente o protagonismo discente, a autonomia investigativa e a eleição de escolhas didáticas na orientação especializada para a prática profissional, tais como as atividades de prática jurídica, a produção do trabalho de conclusão de curso (TCC) e o desenvolvimento habilidades avançadas por meio de caminhos formativos denominados: (i) Trilha Carreiras Públicas, (ii) Trilha Tecnologias, (iii) Trilha Empresarial, (iv) Trilha Contencioso, (v) Trilha Regulação e (vi) Trilha Justiça e Sociedade.

4.4 – Matriz curricular

A nova matriz do curso de graduação da FGV DIREITO RIO foi publicada no Diário Oficial da União – Seção 3, nº 249, de 28 de dezembro de 2018 (páginas 332 e 333), passando a vigorar a partir do 1º janeiro de 2019 para os ingressantes dessa data em diante, bem como para todo o corpo discente já matriculado em data anterior.

O currículo do curso de graduação da FGV DIREITO RIO foi desenhado para resolver questões de necessidade premente de demandas por um modelo inovador e dinâmico de formação em Direito:

1. Redução da quantidade de disciplinas nos três primeiros anos, mantendo o modelo de tempo integral;
2. Início do ciclo de especialização caracterizado pela carga horária de disciplinas eletivas no 6º período;
3. Estímulo à internacionalização em consonância com os dois anos de estágio profissional obrigatório;
4. Ampliação da realização de atividades práticas para fomentar o empreendedorismo e as práticas de voluntariado e de impacto social;
5. Alargamento do estudo da tecnologia no Direito;
6. Definição de trilhas de especialização, assegurando a oferta regular e equilibrada de disciplinas em cada trilha;
7. Adequação do currículo ao impacto de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas no campo do Direito;



8. Ampliação do número de vagas para o acesso ao curso por meio do vestibular institucional e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A matriz curricular da FGV DIREITO RIO permite uma sólida formação profissional, abrangendo disciplinas propedêuticas, técnicas e práticas, além de atividades complementares de natureza obrigatória ou eletiva.

Quadro 3: Grade curricular do curso de graduação em direito da FGV DIREITO RIO

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º período
Crime e Sociedade (50h)	Desing Institucional (50h)	Ciência de Dados Jurídicos (50h)	Direito Ambiental (25h)	Arbitragem (25h)	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h
Economia (50h)	Organização do Estado e Direitos Fundamentais (50h)	Direito Global (50h)	Direito da Propriedade (50h)	Direito da Concorrência (50h)	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h
Pensamento Jurídico Brasileiro (50h)	Programação para Advogados (25h)	Finanças Públicas (25h)	Direito Transnacional (25h)	Direito da Regulação (50h)	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h
Teoria do Direito (50h)	Sociologia Jurídica (25h)	Obrigações e Contratos (50h)	Sistema Tributário Nacional (50h)	Direitos Humanos (50h)	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h	Eletiva 50h
Teoria do Direito Constitucional (50h)	Penas e Medidas Alternativas (50h)	Teoria da Decisão (25h)	Teoria do Direito Administrativo (50h)	Mediação e Negociação (25h)	<div>ATIVIDADES COMPLEMENTARES (500h)</div> <div>ESTÁGIO SUPERVISIONADO (150h)</div> <div>CLÍNICAS (100h)</div> <div>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (250h)</div> <div>Metodologia da pesquisa (62,5h)</div> <div>Elaboração do Projeto (62,5h)</div> <div>Exame de Qualificação (62,5h)</div> <div>Defesa do TCC (62,5h)</div> <div>CARGA HORÁRIA TOTAL = 3.750h</div>				
Teoria do Estado Democrático (50h)	Teoria Geral do Direito Civil (50h)	Teoria Geral da Empresa (50h)	Teoria Geral do Processo (50h)	Processo Civil (50h)					
	Análise Econômica do Direito (50h)	Teorias da Justiça (50h)	Tipos Societários (50h)	Relações do Trabalho (50h)					
Field Project (50h)	Field Project (50h)	Field Project (50h)	Field Project (50h)	Field Project (50h)					
7 disciplinas - 350h	8 disciplinas - 350h	8 disciplinas - 350 horas	8 disciplinas - 350 horas	8 disciplinas - 350 horas					

Do 1º ao 5º período são oferecidas 34 (trinta e quatro) disciplinas obrigatórias, sendo: 6 (seis), no 1º, e 7 (sete) em cada um dos demais. Além dos temas e conceitos abordados em sala de aula, serão propostas atividades práticas reais (e não simuladas) que apliquem conhecimento jurídico a situações concretas e envolvam ou impactem atores externos à FGV DIREITO RIO.

As atividades práticas se estruturam em Projetos de Campo – *Field Project* (item 6.2.3, deste PPC) – para a aplicação de conceitos e teorias em situações concretas por um grupo de alunos(os) com ênfase no desenvolvimento de habilidades profissionais, tais como:



relacionamento em grupo, autoconfiança, comunicação, liderança, planejamento, inovação científica e tecnológica, dentre outras.

A partir do 6º período, dá-se a ampliação das escolhas discentes por disciplinas eletivas com o objetivo de ajustar o tempo na realização do intercâmbio e do estágio profissional. Com isso, permite-se que o corpo discente: (i) diversifique suas experiências de formação em instituições nacionais e internacionais; (ii) invista em atividades de prática profissional necessárias à escolha da carreira e à concorrência profissional futura e, ao mesmo tempo, (iii) eleja por meio de um largo leque de disciplinas eletivas as áreas da formação, conforme sua vocação, interesse e oportunidades de desempenho profissional.

Além das disciplinas obrigatórias, eletivas e das atividades práticas, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO coloca à disposição do corpo discente uma gama de atividades complementares para enriquecer a formação do perfil discente e aprimorar a aquisição de conhecimentos e experiências dentro e fora do ambiente institucional.

5. Interdisciplinaridade, Mobilidade Acadêmica, Internacionalização e Inovação

5.1 – Interdisciplinaridade e transversalidade

A interdisciplinaridade é um princípio que complementa conceitos e abordagens teóricas e práticas dos programas de ensino, planos de ensino e de trabalho em recusa à fragmentação do conhecimento e saberes e em defesa da potência da articulação de diferentes conhecimentos aplicados à realidade profissional e social.

Em favor da visão contextualizada e da apreciação sistêmica da realidade, a FGV DIREITO RIO visa à compreensão abrangente e transversal dos fenômenos, fatos e situações em busca do vínculo entre teoria e prática por meio de situações de aprendizagem diferenciadas entre os conteúdos teóricos abordados e os fatos sociais.



As questões preconizadas nas DCN do ensino do Direito são temas incluídos nos conteúdos de disciplinas e atividades práticas, nas atividades complementares, nos temas de iniciação científica de pesquisa, nas práticas de extensão, bem como nas disciplinas de fundamentos que abordam questões antropológicas, sociológicas e socioculturais, conforme as seguintes OCC:

1. Relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (CNE/CP Resolução 1/2004), ampliando as interpretações acerca da formação da Nação Brasileira e da sua integração nos processos físico, econômico, social e cultural, bem como da formação de movimentos sociais em defesa de direitos como fruto do comportamento coletivo, da pluriétnia e do multiculturalismo no Brasil;
2. Educação ambiental (Lei Federal de 27/04/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução nº 2/2012) se constitui tanto uma vertente de ensino e pesquisa como um dos valores acadêmicos do curso de graduação da FGV DIREITO RIO, respectivamente, representados pela disciplina obrigatória Direito Ambiental no 4º período e pelo Programa de Direito e Meio Ambiente do Centro (PDMA) do CPDE. O objetivo destas atividades insere-se na construção da consciência ambiental, pautada na ética e na sustentabilidade;
3. Direitos Humanos (Resolução nº 1/2012) afirma-se pela formação para a convivência ética e o exercício cotidiano concernente aos Direitos Humanos pela transversalidade e interdisciplinaridade das questões, pela obrigatoriedade da disciplina Direitos Humanos no 6º período, pelas pesquisas desenvolvidas nos Centros de Pesquisa da instituição, pelas atividades práticas do NPJ, pela participação discente em entidades estudantis, pela oferta de ATC e atividades de extensão ao longo do curso, por eventos acadêmicos e discussão sobre o tema;
4. Educação em políticas de gênero se caracteriza pela implementação do Programa Diversidade destinado a alinhar práticas internacionais e nacionais para o fortalecimento da diversidade como um dos elementos potencializadores da excelência acadêmica.
 - a. O Comitê de Diversidade visa a garantir mecanismos educacionais éticos e democráticos e monitorar condutas preconceituosas e discriminatórias de gênero por meio de atividades de extensão e debates com a comunidade acadêmica, de sugestão de disciplinas eletivas e ATC relacionadas à temática, de eventos acadêmicos nacionais e internacionais, de workshops de diversidade para o corpo docente etc.
 - b. O apoio às entidades estudantis já existentes (Amplia, FGV+, União de Mulheres, Coletivos LGBT e Coletivo Negrx), o desenvolvimento de metas e estratégias para equidade e diversidade na IES, a promoção de políticas de acolhimento da comunidade acadêmica que sofre com preconceitos ou violência dentro da instituição são outras formas de educação de gênero pautadas em valores como respeito, dignidade, igualdade, solidariedade, justiça e liberdade.
 - c. Além destas ações, o currículo da graduação conta com disciplinas eletivas e atividades complementares, tais como: Direito e Gênero; Teorias Feministas do Direito; Direito das Famílias e novas constelações familiares; Teoria Feminista do Estado; Gênero, Sexualidade e Direito; Projeto – Comissão de Diversidade; Temas



contemporâneos de Direito e Gênero. Exemplos de temas constitutivos de ementas das referidas disciplinas: a relação entre direito e feminismos/estudos de gênero; dicotomia público/privado e heteronormatividade; distinções sobre “sexo” e “gênero”; teorias críticas do Direito: dos *critical legal studies* às teorias críticas feministas, antirracistas e *queer*; o gênero nos tribunais; perspectivas teóricas do feminismo; desigualdade de gênero; Estado, direito e sociedade; representatividade das mulheres na política; violência LGBT*QI*; direitos sexuais e reprodutivos; conhecimento, método e política: epistemologia feminista; reprodução de desigualdades de gênero no Estado e no Direito; estudos de caso: aborto, estupro, pornografia; direito antidiscriminatório; tratamento jurídico a pessoas trans: nome e registro; tratamento médico e patologização de gênero; estudo de gênero comparado: legislação brasileira e alemã; entre outros.

5. Educação para a terceira idade – pesquisa superindividamento: um dos problemas já enfrentados pela sociedade brasileira reside em como absorver a demanda por recursos de uma população idosa crescente, de modo a atender às suas necessidades específicas, diante de uma força de trabalho proporcionalmente reduzida.

5.2 – Mobilidade nacional e internacional

A FGV DIREITO RIO possui um programa de intercâmbio que permite ao corpo discente novas experiências institucionais, aprofundando o estudo de determinados temas e tendo contato com outros sistemas jurídicos distintos do brasileiro.

O Programa Intercâmbio Brasil contempla instituições brasileiras de excelência para a troca de experiências entre estudantes de Direito e ciências afins, conferindo maior flexibilidade do currículo e beneficiando o corpo discente com a possibilidade de vivenciar outras abordagens temáticas, metodologias e interdisciplinaridade.

Quadro 4: Convênios com instituições de ensino superior brasileiras

NACIONAIS	CENTRO-OESTE		
	INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE
	Centro de Ensino Unificado de Brasília	Distrito Federal	Brasília
	NORDESTE		
	INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE
	Faculdade Baiana de Direito e Gestão	Bahia	Salvador
	NORTE		
	INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE
	Faculdade Ideal	Pará	Belém
	SUDESTE		
	INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE
	FGV Direito SP	São Paulo	São Paulo
	Universidade de São Paulo		Ribeirão Preto
	Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais	Ouro Preto



	SUL		
	INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE
	Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu	Paraná	Foz do Iguaçu
	Pontifícia Universidade Católica - PR		Curitiba
	Pontifícia Universidade Católica - RS	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
	UNICURITIBA	Paraná	Curitiba

O Programa de Intercâmbio Internacional visa ao aprofundamento de estudos e pesquisas com outras concepções e práticas do Direito por intermédio do contato com diferentes culturas e a troca de experiências e ideias com diversas pessoas e instituições mediante a modalidade tradicional de intercâmbio, de cursos internacionais de curta duração e de bolsas de estudos.

Além da mobilidade nacional e internacional, a FGV DIREITO RIO promove o intercâmbio entre as escolas mantidas pela FGV por meio das concepções e práticas interdisciplinares constitutivas de seus projetos pedagógicos. Com isso, docentes e discentes têm oportunidade de troca e de atuação acadêmica, permitidas pelo Programa de Dupla Graduação, pelo Programa de Formação Complementar e por atividades de ensino e pesquisa atestadas por concepções de complementaridade dos conhecimentos da Administração, do Direito, da Economia e da Matemática Aplicada, de trocas entre perfis com especializações diversas, de diálogo com áreas correlatas e de incitação à formação interdisciplinar e abrangente sem a perda do aprofundamento teórico especializado.

5.2.1 – Programa de Dupla Graduação

O corpo discente das faculdades mantidas pela FGV pode se candidatar ao Programa de Dupla Graduação, conforme as regras definidas em edital.

Casos em que alunas(os) não estarão aptas(os) ao ingresso no Programa de Dupla Graduação:

1. matriculadas(os) no último período letivo, em função da obrigatoriedade de a 1ª (primeira) e a 2ª (segunda) graduação serem realizadas simultaneamente. Caso contrário, configura-se um novo ingresso.
2. candidatas(os) com qualquer penalidade de repreensão, suspensão ou desligamento na Escola de origem ou reprovada(o) em outro processo seletivo do Programa de Dupla Graduação.



No processo seletivo, a análise de coeficiente de rendimento (CR) acumulado na sua primeira graduação igual ou superior a 7,0 (sete) e uma entrevista individual com a coordenação de graduação caracterizam os critérios de avaliação.

5.2.1 – Programa de Formação Complementar

O Programa de Formação Complementar viabiliza a construção de habilidades profissionais em diferentes áreas, acrescentando à formação inicial aspectos valorizados pelo mercado de trabalho em busca de profissionais que possuam conhecimento interdisciplinar.

O corpo discente regularmente matriculado nos cursos de graduação da FGV – Ciências Sociais (CPDOC/ FGV), Direito (FGV DIREITO RIO), Economia (EPGE/ FGV), Matemática Aplicada (EMAp/ FGV) – é estimulado a ampliar a formação com novos e complementares saberes.

As regras do processo seletivo são definidas em edital e no regulamento do curso de graduação.

5.3 – Internacionalização

A FGV DIREITO RIO tem uma Coordenação de Relações Internacionais (CRI) para a gestão executiva das atividades de internacionalização: (i) estabelecimento de convênios internacionais, (ii) cursos com professores estrangeiros, (iii) programas de bolsas internacionais e (iv) eventos que envolvam instituições e/ou convidados internacionais.

Atualmente, a FGV DIREITO RIO possui mais de 60 convênios ativos com instituições de ensino no exterior e com quase 30 destinos diferentes, contemplados nos cinco continentes.

Quadro 5: Convênios com instituições de ensino superior estrangeiras

INTERNACIONAIS	AMÉRICA CENTRAL		
	INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
	Instituto Tecnológico Autónomo do México	México	Cidade do México
	AMÉRICA DO NORTE		
	INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
	McGill Univeristy	Canadá	Montreal
	University of Montreal		Montreal
	York University - Osgoode Hall Law School		Toronto
	Columbia Law School	Estados Unidos da América	New York
	Georgetown University		Washington, D.C.
	Harvard Law School		Cambrigde
	Indiana University - Maurer School of Law		Bloomington
	New York University School of Law		New York
	Pace University School of Law		New York
	University of Illinois at Urbana-Champaign		Urbana-Champaign



University of Miami Law School		Coral Gables
University of Minnesota Law School		Minneapolis
AMÉRICA DO SUL		
INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
Universidad Austral	Argentina	Buenos Aires
Universidad de San Andrés	Argentina	Buenos Aires
Universidad Torcuato di Tella	Argentina	Buenos Aires
Universidad Diego Portales	Chile	Santiago
Universidad de los Andes	Colômbia	Bogotá
Universidad del Norte	Colômbia	Barranquilla
Universidad del Pacífico	Peru	Lima
Universidad Metropolitana de Caracas	Venezuela	Caracas
ÁSIA		
INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
China University of Political Science and Law	China	Pequim
Renmin University of China		Pequim
Jindal Global Law School	Índia	Nova Délhi
IDC Radzyner School of Law	Israel	Herzliya
National Chengchi University	Taiwan	Taipé
EUROPA		
INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
Bucerius Law School	Alemanha	Hamburgo
EBS Law School		Wiesbaden
Freie Universität Berlin		Berlim
ILF - Institute of Law and Finance		Frankfurt
Universität Freiburg		Friburgo
Universität Hamburg		Hamburgo
Universität Münster		Münster
University of Graz	Áustria	Graz
Université Libre de Bruxelles	Bélgica	Bruxelas
University of Copenhagen	Dinamarca	Copenhague
Universidad Complutense de Madrid	Espanha	Madri
ESADE Law School		Barcelona
Instituto de Empresa - IE		Madri
Universidad Autónoma de Madrid		Madri
Universidad Carlos III de Madrid		Madri
Universidad Francisco de Vitoria		Madri
Universitat Pompeu Fabra		Barcelona
Sciences Po Lille	França	Lille
Sciences Po Paris		Paris
Université Paris-Dauphine		Paris
Université Paris-Sorbonne		Paris
Université Toulouse 1 Capitole		Toulouse
Tilburg University	Holanda	Tilburg
University of Warwick	Inglaterra	Warwick
International University College of Turin	Itália	Turin
Università degli Studi di Salerno		Salerno
Università degli Studi di Roma Tor Vergata		Roma
Universidade Autónoma de Lisboa	Portugal	Lisboa
Universidade Católica Portuguesa - Lisboa		Lisboa
Universidade Católica Portuguesa - Porto		Porto



	Universidade de Coimbra		Coimbra
	Universidade de Lisboa		Lisboa
	Universidade Nova de Lisboa		Lisboa
	Stockholms Universitet	Suécia	Estocolmo
	University of St. Gallen	Suíça	São Galo
	Koç University	Turquia	Istambul
	OCEANIA		
	INSTITUIÇÃO	PAÍS	CIDADE
	University of New South Wales	Austrália	Sydney

A cada semestre o curso de graduação oferece um grande número de disciplinas ou cursos de curta duração em inglês tanto para que o corpo discente estrangeiro encontre mais facilidades na sua inserção acadêmica como também para que o corpo discente interno aprimore a fluência oral e escrita em língua inglesa.

O intercâmbio de pesquisas também contribui para a internacionalização da Escola, tendo projetos internacionais de grande impacto social, econômico e cultural em andamento, conforme evidenciados no ANEXO I – Abrangência e contribuição para o desenvolvimento local, regional e global de projetos desenvolvidos pela FGV DIREITO RIO.

5.3.1 – Programa *Fellows in Rio*

O Programa *Fellows in Rio* também caracteriza a internacionalização da FGV DIREITO RIO por sua abrangência e sua inovação em busca de profissionais com atuação em pesquisa nas diversas áreas acadêmicas. Criado em 2014, o *Fellows in Rio* é um programa anual de fomento à pesquisa que oferece recursos econômicos e intelectuais a jovens promissores da área de direito.

O corpo de pesquisa do *Fellows in Rio* desenvolve projetos em parceria com unidades da Escola e atividades docentes nas modalidades de ATC e pequenos cursos para a graduação, bem como participa de workshops com pesquisadores e professores da FGV. Até o momento, foram recebidas inscrições de quadros experientes de pós-graduação *stricto sensu* de universidades nacionais e internacionais, como Harvard, Yale, NYU, Stanford, Brown, McGill, Sciences Po Paris, Sorbonne, LSE, Oxford, Cambridge, Kings College, Queen Mary London, Hamburgo, Max Planck Institute, Tilburg, Sapienza, Glasgow e European University Institute.

5.3.2 – Moot Court Competitions

Moot courts são atividades práticas de competições que simulam um julgamento em que equipes de estudantes competem entre si, assumindo papéis jurídicos na apresentação oral de uma questão apresentada a um painel de juízes.



A experiência se aproxima da realidade de um tribunal referente a processos judiciais ou arbitrais simulados, envolvendo memorandos redigidos e discussões orais em face da aplicação da lei a suposições ou a fatos.

As principais competições que o corpo discente da FGV DIREITO RIO participa são:

- (i) Competição de Julgamento Simulado do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: foi criada como uma forma de instruir advogados no uso do Sistema Legal Interamericano de Direitos Humanos como um meio legítimo para a reparação de violações aos direitos humanos. A competição requer que estudantes discutam os méritos de um caso hipotético, baseado em um tema atualmente debatido dentro do Sistema Legal Interamericano de Direitos Humanos. Todos os interessados em fazer parte da competição devem ser estudantes de Direito ou seu equivalente internacional para participarem como equipe. As rodadas orais são realizadas em meados de maio, em Washington, D.C.
- (ii) The Annual Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot: é uma competição para estudantes de Direito, na qual todos os países são elegíveis. Objetiva incentivar o estudo nas áreas de direito internacional comercial e arbitral. Os casos hipotéticos dessa competição sempre giram em torno de transações comerciais internacionais regidas pela Convenção das Nações Unidas para a Venda Internacional de Mercadorias (CISG – Contracts for the International Sale of Goods), sob a égide da UNCITRAL. As rodadas orais terão lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Viena.
- (iii) Inter-American Sustainable Development Law – Competição Interamericana de Direito ao Desenvolvimento Sustentável (FGV DIREITO RIO): é uma competição anual de julgamento simulado criado com o objetivo de fomentar as habilidades de litígio em direito internacional e direito ao desenvolvimento sustentável. É a primeira competição multilíngue da América do Sul, em que estudantes de diversos países encontram-se para uma competição trilingue (inglês, espanhol e português), com tradução simultânea.

Na maioria das competições simuladas, as equipes se enfrentam pelo desempenho de oradoras(es) em rodadas que definem a melhor atuação nas categorias disputadas. O exercício dialético da argumentação caracteriza-se como um dos principais objetivos dessa modalidade de atividade prática, que oferece ao corpo discente múltiplas oportunidades de experiência internacional, de treinamento técnicas de oratória, de organização e estruturação de argumentos jurídicos, impactando na confiança para falar em público e no desenvolvimento de habilidades para a pesquisa.

5.3.3 – Cátedra Jean Monnet

A Cátedra Jean Monnet é um curso de Regionalismo Comparado oferecido pela FGV DIREITO RIO com o apoio da Comissão Europeia. O curso visa a estimular o ensino, a pesquisa e a reflexão de temas relacionados à integração europeia em instituições de ensino superior dentro



e fora da UE, enfatizando o Direito Institucional da União Europeia e do Mercosul, além de outros sistemas de integração regionais na ótica comparada.

O projeto do curso combina 3 (três) atividades principais:

- (i) Atividades de ensino novas e existentes relativas ao direito internacional, ao direito das organizações internacionais, ao regionalismo comparativo e ao direito fiscal da UE;
- (ii) Pesquisa sobre um tópico específico relacionado ao mecanismo sub-regional de solução de controvérsias; e também
- (iii) Um evento sobre o tema específico da legitimidade dos tribunais comerciais das organizações sub-regionais, seu impacto e os desafios existentes.

As atividades promovem o ensino e a pesquisa do Direito da União Europeia (UE) e de outras organizações sub-regionais, bem como reforçam as práticas de extensão, ampliando o conhecimento questões de integração europeia e melhorando a compreensão das bases legais do Mercosul e de Estudos Jurídicos Comparados.

Por um lado, a iniciativa atesta o compromisso da FGV DIREITO RIO na promoção de estudos destinados a estudantes, advogados e acadêmicos de diferentes áreas, não apenas das quatro escolas da FGV, mas também de outras renomadas instituições de ensino superior no Brasil. Por outro, transformam também a FGV DIREITO RIO num centro de referência nacional e internacional para estudos da UE, gerando conhecimento e pesquisas sobre o processo de integração europeia.

5.4 – Inovação

A inovação é um dos princípios que caracteriza as práticas acadêmicas e gestoras da FGV DIREITO RIO. Desde a proposição de sua missão expressa nos conteúdos “formar lideranças para pensar o Brasil do século XXI” e “ser referência no ensino e na pesquisa de Direito”.

Em primeiro lugar porque o currículo do curso de graduação passa por atualizações permanentes apoiadas em demandas externas e internas acerca do conhecimento e das habilidades necessárias ao perfil discente para pensar o Brasil e suas instituições.

Segundo porque para referenciar o ensino e a pesquisa requerem-se práticas avaliativas sobre o que e o como ensinar e pesquisar, gerando conhecimentos e entendimentos que servirão de fundamento a novas posturas didáticas e metodológicas.

As novas habilidades e competências necessárias às funções jurídicas solicitadas pelos cenários econômicos, sociais, empresariais, administrativos – nos quais a FGV DIREITO RIO se



insere e dos quais se nutre para definir currículos e práticas – impõem a recusa à formação tradicional e à adesão à inovação para mover os conhecimentos e os instrumentos na promoção se insumos e externalidades capazes de impactar no Brasil e em suas instituições.

Outra inovação da FGV DIREITO RIO refere-se à formação de perfis profissionais com domínio em diferentes idiomas, capacidade crítica para indagar o funcionamento de organizações e instituições nacionais e internacionais e propor soluções aos problemas identificados, atuando no campo de negócios, formulando políticas públicas para o desenvolvimento do Estado, pesquisando para o avanço e o aperfeiçoamento do Direito.

A estrutura e a organização do currículo são inovadoras com relação a conteúdos e métodos, nos 3 (três) eixos de formação, de modo a assegurar flexibilidade e o protagonismo discente, bem como a garantia de contato com conhecimentos de ponta pouco ou nada explorados por outras instituições, tais como: programação para advogados, ciência de dados jurídicos, direito transnacional, desenhos institucionais, técnicas de mediação, negociação e arbitragem, entre outros.

O ciclo de formação técnico-jurídico renova as estruturas e organizações curriculares fechadas, principalmente porque oferece ao perfil discente diversos e distintos caminhos formativos. De modo que nenhum perfil formado na FGV DIREITO RIO é igual aos demais, seja por suas escolhas especializadas seja por suas experiências práticas.

O eixo de formação prática talvez englobe as escolhas mais ousadas. As atividades práticas são pensadas para produzir impactos concretos na realidade, propondo novo entendimento e novas atitudes sobre como agir para mudar e melhorar a vida das pessoas.

As atividades práticas incluídas no currículo da FGV DIREITO RIO preveem:

1. Iniciação científica que obriga o perfil discente a integralizar, pelo menos, 60 horas de pesquisa;
2. Projetos de campo que promovem a compreensão de conceitos por meio de sua aplicação prática em situações concretas;
3. Produção de petições públicas de grande impacto social e jurídico sobre temas relevantes e emergenciais ligados a direitos coletivos e defendidos no STF. Tais como: União Homoafetiva, Lei de Imprensa, Prisão Temporária, Poderes do CNJ, Ficha Limpa, Responsabilidade Civil na Internet, Poder de Polícia Ambiental Municipal, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, Lei Seca, Financiamento de Campanhas Eleitorais, Biografias Não Autorizadas, Federalização dos Direitos Humanos, Multas Tributárias Confiscatórias, Multas Tributárias por Pedidos Indeferidos ou Não Homologados, Consentimento do cônjuge para esterilização voluntária, Execução



antecipada da pena de prisão e Prorrogação da vigência de patentes por prazo indeterminado.

4. Atividades complementares sociais em que o corpo discente é obrigado a desenvolver trabalhos de voluntariado tanto para conhecer a realidade brasileira como para se solidarizar das questões sociais que assolam parte da população com menor poder econômico;
5. Programa de clínicas jurídicas realizado por meio de laboratórios de assessoria jurídica a direitos fundamentais, a organizações sociais, a novas tecnologias e ao mercado de capitais;
6. Produção textual denominada Série Clínicas, espaço de divulgação do trabalho de assessoria e consultoria jurídica prestado pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FGV Direito Rio em um quadro de inovação no ensino jurídico.

A inovação no curso de graduação da FGV DIREITO RIO se dá também em função metodologias ativas, estudos de caso, simulações de júri e competições simuladas abordadas no próximo item deste PPC.

6. Integração entre Teoria e Prática

A integração teoria e prática visa à preparação do corpo discente para a atuação profissional em diferentes áreas e o enfrentamento dos desafios do mercado de trabalho em atenção às mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas pelas quais o Brasil e o mundo passam.

As atividades de ensino, de pesquisa e de extensão se movem na direção da missão institucional e dos princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Atuam contribuindo para o aprimoramento de competências e de habilidades no exercício de ações de aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para a intervenção concreta na realidade, na resolução de problemas e na criação de questões ligadas à tomada de decisão, ao pensamento crítico e criativo, ao domínio de linguagem jurídica, à construção de argumentos teórico-técnicos, ao trabalho independente e em equipes.

Por meio da integração teoria/prática, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO:

1. Estimula a aprendizagem autônoma;
2. Garante vivências de situações jurídico-institucionais;



3. Incentiva práticas de pesquisa e de iniciação científica;
4. Promove a participação em eventos científicos nacionais e internacionais;
5. Desenvolve oficinas e outras atividades práticas orientadas pelo corpo docente;
6. Proporciona práticas de monitoria;
7. Exige a participação em projetos para a resolução de questões de ordem social, econômica, cultural e política ligadas ao Direito;
8. Fomenta o contato com a realidade social por meio do trabalho voluntário;
9. Viabiliza a realização e a participação em atividades de extensão e em entidades estudantis;
10. Prepara para o mundo do trabalho mediante o desenvolvimento de competências para o empreendedorismo, a iniciativa e a liderança, a gestão de mudanças e a instauração de novas práticas.

As formas de cruzamento da teoria com a prática perpassam todas as perspectivas formativas, em que as relações pedagógicas e metodológicas enfatizam a análise interdisciplinar e a resolução de problemas concretos.

A articulação da teoria à prática é alcançada no desenvolvimento de metodologias ativas, de atividades complementares, de *Field Project*, das atividades do NPJ, de projetos de pesquisa e da produção do TCC, mas também se faz presente na participação discente em sala de aula nas disciplinas propedêuticas e dogmáticas mediante a cobrança de leituras prévias.

6.1 – Metodologias ativas

O PPC do curso de graduação da FGV DIREITO RIO se caracteriza por suas práticas didáticas e metodológicas inovadoras mediante técnicas e estratégias de ensino voltadas a resultados, análises de situações concretas e racionalidades críticas de conhecimentos e de instituições.

Ao recusar metodologias tradicionais na valorização da memorização para o acúmulo de conhecimento, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO inverte a concepção de Direito como expressão da norma e da interpretação absoluta de sua aplicabilidade para assumir a de **direito como prática** articulada a contextos mais amplos, muito além da letra da lei pura e simplesmente.

A jurisprudência, as normas, as decisões, as interpretações e as condutas no Direito são passíveis de análises diversas que, justamente, viabilizam mudanças e avanços no campo em questão.



As metodologias ativas privilegiadas nas práticas docentes e discentes da graduação abarcam fontes variadas, triangulação de dados, abordagens especializadas, interdisciplinares e transversais do Direito para fomentar (i) a capacidade de negociação, de oratória e de argumentação; (ii) a proposição de estratégias criativas e de análises críticas para a elaboração de políticas públicas e de práticas empreendedoras; (iii) a negociação e a arbitragem de conflitos; (iv) o desenvolvimento de seminários, oficinas, projetos de campo, simulações, petições, casos, e exercícios com vistas à solução de problemas concretos e à conquista de resultados que confirmem ao Direito avanços científicos e práticos.

Ainda que nos períodos iniciais, aulas mais expositivas e maior tempo de explanação explicativa de conceitos confirmam ao corpo discente um papel menos ativo do que o do corpo docente, gradativamente, a FGV DIREITO RIO estimula diversas estratégias que impulsionam os perfis em formação para o centro da ação de suas aprendizagens e escolhas acadêmicas quanto à abordagem do conhecimento.

Por um lado, o estímulo a estudos independentes, atuação em pesquisas, análise de casos, realização de exercícios, simulação jurídicas, experiências de campo, aplicação conceitual e identificações de conflitos requerem e atestam a proatividade discente. Por outro, também viabilizam o método participativo e o uso de estratégias docentes em busca de novas tecnologias na compreensão do objeto de ensino e na proposição de desafios e reflexões de caráter problematológico.

A metodologia aplicada no curso de graduação da FGV DIREITO RIO é, portanto, um processo dinâmico de aprendizagens docente e discente sobre como ensinar e aprender, em que não há cisão entre a aquisição do conhecimento existente e a criação de novos conhecimentos.

Esse movimento dialético caracteriza a principal inovação deste curso de graduação, um processo formativo e transformador: transformador do perfil e das atitudes acadêmicas, transformador dos papéis dos agentes da formação, transformador das interpretações do direito e das próprias instituições, transformador das posições já dadas e das novas interações com a realidade.

A FGV DIREITO RIO substituiu a antiga engrenagem da mera transferência do conhecimento pelo exercício criativo de discentes e docentes, em que os atos de ensinar e de



aprender encontram-se imersos numa relação dialógica sobre dados, fatos, situações, regras, normas etc.

A construção coletiva e o trabalho em equipe também são elementos essenciais às teorizações e às práticas da formação. Pois as técnicas, os objetivos, os temas e os recursos de ensino usados no tratamento dado ao conhecimento só são passíveis de aplicação, de conquista, de abordagem, de emprego e de inovação pelas interações entre docentes e discentes, destas(es) entre si e com as(os) demais autoras(es) da esfera social.

6.2 – Experiências práticas

O presente PPC abarca a integração entre teoria e prática em diferentes atividades, não limitando sua expressão apenas mediante disciplinas de prática jurídica. As experiências práticas encontram-se combinadas ao método participativo das diferentes disciplinas curriculares, que promovem análises críticas a partir de relações teórico-práticas de fatos, situações, fenômenos e problemas jurídicos presentes no cotidiano profissional de diversas áreas do Direito.

As atividades práticas integram o eixo de formação prático-profissional e articulam os elementos teóricos e práticos com ênfase na resolução de problemas, atravessando todas as perspectivas formativas definidas pelas DCNs do Direito, instituídas pela Resolução nº 5, de 18 de dezembro de 2018, e por este PPC.

A formação jurídica encontra-se estruturada para atender aos objetivos do PPC, propor solução a problemas jurídicos da atualidade e enfrentar os desafios presentes nas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO prevê diferentes experiências prático-profissionais por meio de:

1. Atividades complementares obrigatórias:
 - a. *Internacional;*
 - b. *Social;*
 - c. *Pesquisa.*
2. Prática científica:
 - a. *Monitoria;*
 - b. *Pesquisa;*
 - c. *Trabalho de conclusão de curso.*
3. Trabalho de campo:
 - a. *Field Project;*



4. Prática Jurídica:
- a. *Real – Clínicas jurídicas;*
 - b. *Simulada – Oficinas jurídicas.*

6.2.1 – Atividades Complementares Obrigatórias

As atividades Complementares obrigatórias destinam-se à atuação discente para além dos contornos da instituição, visando a ampliar as experiências práticas, as trocas com a realidade jurídica concreta e o contato com a tangível atualidade regional, nacional e internacional.

6.2.1.1 – Atividade Complementar Internacional (ATCI)

As atividades complementares internacionais referem-se à inserção internacional discente quanto ao contato com instituições e culturas na ampliação da experiência para atuar num mundo globalizado, mediante o contato com ordenamentos jurídicos internacionais, o estudo comparado e a realização de cursos internacionais.

O corpo discente da graduação cumpre, obrigatoriamente, 180 horas de ATCI por meio de:

1. Intercâmbio (item 5.3) com o aproveitamento de disciplinas;
2. Vivência acadêmica internacional em seminários e conferências internacionais;
3. Participação em pesquisas de âmbito internacional (ANEXO I);
4. Publicação de artigos e resultados de pesquisa em periódicos internacionais;
5. Atuação nas atividades da Coordenação de Relações Institucionais (CRI) da FGV DIREITO RIO.

6.2.1.2 – Atividade Complementar Social (ATCS)

As ATCS destinam-se a práticas de voluntariado por meio de experiências em:

1. Organizações não governamentais;
2. Entidades estudantis;
3. Organizações comunitárias.

Tais atividades possuem um caráter altruísta em que serviços sem fins lucrativos são prestados para beneficiar pessoas, grupos, associações ou organização e são destinadas (i) ao conhecimento e à conscientização dos problemas locais e regionais, (ii) à ajuda humanitária no combate de injustiças e na prevenção de danos sociais, (iii) ao tratamento de problemas e danos



causados por desastres naturais, (iv) à preparação ética e cidadã para o exercício responsável da profissão e (v) ao desenvolvimento de habilidades na prestação de serviços inclusivos.

Considerada um meio de potencializar a missão institucional e uma forma de sensibilização do olhar discente, a experiência de voluntariado se revela em cuidados éticos, cidadãos e profissionais em busca da redução de barreiras ao desenvolvimento do país, ligando a construção de conhecimentos temáticos do Direito à realidade política, social, econômica e cultural de interesse público e coletivo.

As ATCI do currículo do curso de graduação da FGV DIREITO RIO são obrigatórias e possuem uma carga horária mínima de 60 horas, esperando-se que os resultados das aprendizagens capturem o entusiasmo, proporcionem a descoberta de talentos, fortaleçam a construção de afeições aos problemas comunitários e promovam projetos em parceria com organizações locais.

As atividades sociais extraclasse abarcam:

1. A assistência a organizações não governamentais;
2. O assessoramento a grupos, coletivos, entidades;
3. O ensino a crianças e jovens;
4. O trabalho em orfanatos, hospitais, asilos e abrigos;
5. A conservação de patrimônio cultural;
6. Ações de benfeitoria a comunidades;
7. Entre outras.

6.2.1.3 – Atividade Complementar de Pesquisa (ATCP)

As atividades práticas científicas formais se realizam por meio da iniciação científica e das pesquisas, da participação em pesquisas desenvolvidas nos Centros de Pesquisa da FGV DIREITO RIO, no Programa de Monitoria e no desenvolvimento do TCC.

As ATCP possuem uma carga horária mínima de 60 horas e incentivam a prática de pesquisa como caminho para o desenvolvimento do conhecimento articulado à compreensão de problemas que afetam a realidade local, regional e internacional.

6.2.2 – Atividades de Iniciação Científica (IC)

A acelerada produção de conhecimentos e a oferta de novas tecnologias exigem a adoção de posturas investigativas no processo de formação inicial e continuada, inviabilizando a ênfase



na transmissão oral de informação por dois motivos: (i) a falta de tempo para se esgotarem temas e conceitos em uma única modalidade disciplinar e (ii) a impossibilidade de responder a quaisquer problemas com conteúdo apenas de um campo específico.

Dessa forma, as atividades de IC do curso de graduação da FGV DIREITO RIO visam à produção do conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades que estimulem práticas no campo da pesquisa, que abarquem o desafio de formar perfis capazes de, em face de um problema para o qual a resposta seja desconhecida, buscar soluções por meio de práticas investigativas. Sendo os mecanismos do curso de graduação para a iniciação científica enunciados nos itens seguintes.

6.2.2.1 – Monitoria

O Programa de Monitoria do curso de graduação da FGV DIREITO RIO faz parte da atividade de prática científica, visando ao estímulo à carreira docente, à ampliação da rede colaborativa entre o corpo docente e o discente, ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e ao fortalecimento da comunidade acadêmica no aprendizado entre pares.

O programa de monitoria faz parte das atividades complementares eletivas com duração semestral, renovável, a critério docente, por mais um semestre. A seleção do quadro de monitoria é feita por meio de edital, em que são descritas as regras de participação e as obrigações docentes e discentes.

O trabalho de monitoria realizado pelo corpo discente da graduação é supervisionado pelo corpo docente, conforme critérios definidos pela coordenação do curso em edital de seleção.

A oferta de projetos é facultada ao corpo docente de disciplinas obrigatórias e eletivas, sendo vetadas ao trabalho de monitoria (i) realizar atividades de caráter exclusivamente burocrático como, por exemplo, efetuar o registro de notas e frequência no Docente On-line; (ii) ministrar aulas em substituição ao docente; (iii) corrigir provas e (iv) realizar atividades incompatíveis com o horário de matrícula em disciplinas ou com o horário de outras atividades necessárias para a sua formação acadêmica.

As atividades semestrais realizadas no Programa de Monitoria são avaliadas pelo corpo docente responsável pela oferta, sendo a nota computada no cálculo do coeficiente de rendimento (CR) e atribuídas 15 (quinze) horas como ATCE, até um máximo de 30 (trinta) horas.



6.2.2.2 – Pesquisa

As atividades práticas de pesquisa do corpo discente do curso de graduação são realizadas por meio do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) ou da participação em pesquisas docentes desenvolvidas nos Centros de Pesquisa da FGV DIREITO RIO.

A prática científica de pesquisa visa a incentivar a pesquisa jurídica empírica e interdisciplinar por meio:

1. Da participação discente em programas de iniciação científica (IC) e em de grupos institucionais de pesquisa;
2. Da integração entre o ensino e a pesquisa com vistas à articulação teórico-prática;
3. Da publicação da produção intelectual de corpo discente;
4. Da valorização da pesquisa para a produção, criação e renovação do conhecimento;
5. Da formação profissional crítica, criativa e interdisciplinar.

A FGV DIREITO RIO, seguindo as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação da FGV, criou em 2018 o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) da Escola com os objetivos de (i) estimular a produção científica, (ii) despertar a vocação científica dos estudantes, (iii) aprofundar as interações entre a graduação e a pós-graduação da FGV DIREITO RIO e (iv) uniformizar os procedimentos de apresentação e divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

O corpo discente da graduação conta com dois tipos de bolsa para a iniciação científica: bolsas institucionais do PIC e bolsas PIBIC concedidas por meio de processo seletivo por edital. As bolsas de iniciação científica vinculam-se à atuação discente em projetos de pesquisa específicos desenvolvidos pelo corpo docente da FGV DIREITO RIO.

A participação em atividades de IC comporta o prazo de até 2 (dois) anos e implica a obrigatoriedade formal de produção de relatório do trabalho de pesquisa e de incentivos à apresentação na modalidade oral, escrita e em painel em eventos científicos.

O currículo da graduação prevê a obrigatoriedade mínima de 60 horas de participação discente em atividades de pesquisa com ou sem bolsa de IC.

6.2.2.3 – Trabalho de conclusão de curso

O TCC da graduação constitui-se numa atividade curricular prática científica obrigatória de integração dos conhecimentos teóricos e práticos, sendo realizado mediante a realização de



4 (quatro) disciplinas com 75 (setenta e cinco) horas cada, totalizando 300 (trezentas) horas de formação prático-profissional, conforme inciso III do art. 5º e o art. 11 das DCN do Direito (BRASIL, MEC, Resolução nº 5 de 18/12/2018).

O TCC possui regulamento próprio e, em função da especificidade institucional, será abordado no item 7 deste PPC.

6.2.3 – Trabalho de campo – Field Project

O *Field Project* (FP) é uma atividade curricular obrigatória de 300 (trezentas) horas voltada à promoção de experiências diversificadas com vistas à inovação e à ampliação da capacidade criativa, em que o corpo discente explora teorias e aplica conceitos na investigação de problemas reais, conferindo dimensões relacionais, sociais, éticas e culturais às práticas jurídicas.

O FP possui regulamento próprio, sendo a estrutura e a sistematização destinadas à busca do fazer e do pensar “fora da caixa” na construção de habilidades profissionais, oportunizando ao discente espaço para:

1. Conhecer o contexto de problemas atuais;
2. Analisar dados para a criação de conhecimento;
3. Cruzar variáveis na construção de argumentos e modelos de ação;
4. Propor soluções criativas e inovadoras para os problemas investigados.

O FP é um espaço de estudos e pesquisas em busca de soluções criativas e inovadoras a problemas contemporâneos, ancorado na primazia do trabalho em equipe em detrimento do trabalho solitário, em que a abordagem interdisciplinar e holística tanto valoriza diálogos entre saberes como pressupõe análises contextualizadas.

6.2.4 – Prática Jurídica

A prática jurídica no curso de graduação da FGV DIREITO RIO destina-se à formação essencial do perfil profissional almejado, sendo um componente curricular obrigatório cumprido pelo corpo discente por meio de atividades de prática jurídica simulada e real.

A prática jurídica da FGV DIREITO RIO conta com um Programa de Clínicas Jurídicas, Oficinas Jurídicas e ações voltadas à colocação profissional do aluno no mercado de trabalho, como o Programa de Atividade Monitorada de Férias.



As atividades de prática jurídica simulada e real contribuem para a inserção profissional discente no mercado de trabalho, inclusive desenvolvendo ações de orientação e planejamento de carreira.

7. Avaliação do Desempenho Discente nas Atividades Acadêmicas

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO avalia o processo ensino-aprendizagem por diferentes meios:

1. Avaliação do desempenho discente nas atividades acadêmicas;
2. Avaliação das atividades acadêmicas e
3. Avaliações externas.

7.1 – Avaliação do Desempenho Discente nas Atividades Acadêmicas

A avaliação da aprendizagem discente diz respeito à relação pedagógica docente-discente pautada na qualidade da participação, no exame objetivo de conceitos apreendidos e na verificação das habilidades construídas.

Por meio de diversos instrumentos e de acordo com a especificidade de cada disciplina ou atividade prática, a avaliação da aprendizagem discente visa a garantir a formação do perfil profissional adequado aos objetivos deste PPC.

O corpo docente responsável pela disciplina promove avaliações contínuas e formativas por intermédio de trabalhos práticos, individuais ou em grupo, sendo obrigatória a aplicação de, pelo menos, uma avaliação escrita e não identificada.

Os critérios de aprovação, os procedimentos de aplicação, a vista e a revisão dos resultados, o lançamento de notas e conceitos, a interposição de recursos, as regras de realização de 2ª chamada e dos Programas de Dependência e Regime Especial de Aprendizagem encontram-se definidos no Regimento Interno da Graduação (ANEXO II).

Atitudes e comportamento inadequados às regras do curso de graduação podem ser enviados para a Comissão de Ética da FGV DIREITO RIO, conforme o termo de compromisso ético



discente de zelar pela consolidação dos valores de honestidade, integridade e transparência, se comprometendo a não recorrer à cola, ao plágio, à simulação e à cópia de maneira geral nas atividades de avaliação.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO concebe a avaliação da aprendizagem como “termômetro” da qualidade da formação e estimula a sua realização por meio de diversos instrumentos: trabalhos individuais e em grupo, provas escritas com e sem consulta, apresentações e arguições orais, projetos de pesquisa interdisciplinares e transversais, atividades práticas de resolução de problemas, atividades extraclasse, dentre outras previstas neste PPC.

7.2 – Avaliação das atividades acadêmicas

Todas as atividades acadêmicas são semestralmente avaliadas, fornecendo dados quantitativos e qualitativos para a gestão do curso de graduação. Aproximadamente três semanas antes da segunda avaliação, o corpo discente participa de uma pesquisa sobre 5 (cinco) dimensões do processo ensino-aprendizagem: metodologia docente, disciplina, material didático, participação da turma e autoavaliação.

O resultado da avaliação das atividades acadêmicas é disponibilizado ao corpo docente, ao final de cada semestre, após o prazo de lançamento de prova final, e ao corpo discente, no semestre posterior por meio da apresentação formal pela coordenação de ensino, nas salas de aula de cada período.

7.3 – Avaliações externas

As avaliações externas realizadas pelo MEC e pela OAB contribuem na gestão do desempenho discente, na medida em que permitem a definição de políticas de qualidade em comparação com outras IES.

A avaliação externa permite a projeção futura de estratégias da gestão acadêmica e executiva, bem como a revisão ou o reforço de objetivos institucionais. Por isso, a partir dos resultados dessa modalidade de avaliação, o curso de graduação renova os objetivos expressos no seu PPC, bem como os atualiza para manter a excelência institucional esperada e obter os melhores resultados quanto à aprendizagem dos alunos, ao desempenho dos professores e à infraestrutura institucional.



7.4 – CPA

Além das avaliações internas relativas às atividades acadêmicas, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO conta com avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) sobre a infraestrutura e serviços em geral e com as pesquisas sobre egressas(os) levadas a efeito pelo setor Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

8. Integração entre o Curso de Graduação e o Programa de Pós-Graduação

A integração entre a graduação e a pós-graduação é um dos objetivos previstos neste PPC sob a ótica de procedimentos e meios de atuação conjunta, em que pesem a atuação de docentes da graduação nos cursos de pós-graduação, a realização de projetos e pesquisas com participação discente e docente de ambos os níveis, a oportunidade de estágio de docência de discentes do mestrado no curso de graduação sob a supervisão de responsáveis pela orientação da dissertação.

O curso de graduação da FGV DIREITO RIO incentiva o corpo discente a participar de atividades dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* por intermédio de diferentes canais:

1. Atuação discente em projetos de pesquisa de docentes do mestrado em Direito da Regulação;
2. Realização de disciplinas do mestrado;
3. Realização de disciplinas oferecidas pela Coordenação de Tecnologias Aplicadas ao Ensino (CTAE) do FGV On-line, Programa de Educação a Distância do Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) da FGV.

O ciclo de especialização do currículo da graduação prevê uma trilha de formação em regulação, o que aponta para convergências com o programa de mestrado da FGV DIREITO RIO e com as linhas de pesquisa, de forma que o perfil profissional tenha contato com as temáticas, as produções e as pesquisas realizadas em âmbito institucional.



9. Incentivo à Pesquisa e à Extensão

A concepção do curso de graduação FGV DIREITO RIO se baseou no compromisso de inovar na formação de lideranças para pensar o Brasil do século XXI e de ser referência no ensino e na pesquisa do Direito, conforme sua missão institucional.

Para tal, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão se caracterizam pela qualidade da dimensão interna e externa de suas práticas, sendo exemplos:

1. A valorização da pesquisa empírica e interdisciplinar;
2. A qualidade e a abrangência dos resultados de pesquisa;
3. O aumento de parcerias com diferentes comunidades jurídicas de pesquisa e de ensino;
4. A participação dos quadros docentes e discentes em eventos científicos e espaços de discussão de conhecimentos jurídicos;
5. A quantidade e a qualidade das produções docente e discentes;
6. O estímulo ao intercâmbio entre pessoas, grupos e entidades de pesquisa;
7. A realização de workshops de pesquisa;
8. O desenvolvimento de grupos de pesquisa;
9. Entre outros.

A pesquisa e o ensino no curso de graduação da FGV DIREITO RIO visam a conhecimentos que incidam sobre o futuro do Direito, seja promovendo mudanças na realidade social seja atingindo as instituições jurídicas.

O ensino no curso de graduação se desenvolve por meio de investigação de problemas concretos aplicados ao contexto social, econômico, cultural e político, o que confere contornos e movimentos inovadores aos objetivos expressos neste PPC.

10. NPJ

O NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) é o órgão responsável pela formulação, implantação e gestão da política acadêmica do Estágio Supervisionado no curso de graduação da FGV DIREITO RIO, contemplando o desenvolvimento de atividades de prática jurídica.



O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório de 300 (trezentas) horas indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, na forma das diretrizes institucionais da FGV DIREITO RIO presentes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O NPJ tem os seguintes objetivos:

1. Integrar a prática e os conteúdos teóricos, adquiridos pelo aluno ao longo dos três primeiros anos de sua formação, para uma eficiente intervenção prática na realidade jurídica brasileira;
2. Fortalecer a independência do aluno na escolha de suas opções de carreira por meio do contato com a prática;
3. Oferecer ao corpo discente um local de estágio de prática jurídica qualificada, no qual serão fornecidos os conhecimentos e habilidades necessários à formação de um profissional de destaque em sua área de atuação;
4. Incentivar o trabalho em equipe, pautado pelos valores de (i) inovação, (ii) excelência técnica, (iii) responsabilidade social e (iv) ética profissional;
5. Focar em ações de natureza consultiva que promovam e atendam interesses coletivos, direitos difusos e temas de relevância social;
6. Focar no desenvolvimento de atividades de prática jurídica voltadas à produção de impacto positivo nas instituições, na sociedade e na formulação de políticas públicas;
7. Incentivar a prática inovadora e soluções alternativas de conflitos (arbitragem, negociação e mediação);
8. Promover a colocação profissional discente no mercado de trabalho, inclusive com ações de orientação e planejamento de carreira.

Para garantir a realização dos objetivos de Prática Jurídica (item 6.2.4, deste PPC), o curso de graduação da FGV DIREITO possui convênios com entidades ou instituições públicas e privadas, escritórios de advocacia, órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública e departamentos jurídicos.

As Clínicas Jurídicas representam as atividades de prática jurídica real, constituindo-se em centros de solução de problemas jurídicos complexos, que privilegiam a consultoria jurídica de alto impacto social em diferentes áreas temáticas, tais como direito constitucional, administrativo, comercial, meio ambiente, penal, direitos humanos, direito econômico, mercado de capitais, direito do terceiro setor, empreendedorismo.



As Oficinas Jurídicas desenvolvem atividades de prática jurídica simulada para a construção de habilidades de produção escrita de petições, sustentações orais e simulados preparatórios para o exame da OAB.

O NPJ contribui com a inserção profissional do corpo discente no mercado de trabalho: (i) desenvolvendo ações de orientação e planejamento de carreira, (ii) monitorando e acompanhado a inserção profissional da(o) egressa(o), bem como mantendo um banco estatístico de dados atualizados para evidenciar a empregabilidade.

O NPJ também é responsável pelo Programa de Atividade Monitorada de Férias, que se destina a iniciar o corpo discente na prática jurídica e na cultura das instituições, sendo realizado nos meses de recesso acadêmico com duração de quatro semanas para o corpo discente matriculado nos primeiros anos da formação.

11. ATC

As Atividades Complementares (ATC) do curso de graduação da FGV DIREITO RIO são oportunidades de aprendizagens obrigatórias e eletivas que enriquecem a formação social e profissional do corpo discente, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 5, de 18 de dezembro de 2018.

As ATC valorizam o crescimento – social, cultural, profissional e humano – do corpo discente pautado nos princípios e finalidades da Educação Nacional da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, da garantia de padrão de qualidade, da valorização da experiência extraescolar e da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, conforme expressos na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394/1996.

As ATC integram a estrutura curricular e exigem a realização de 600 horas para a integralização do curso, tendo os seguintes objetivos:

1. Diversificar a formação jurídica oferecida na graduação;
2. Valorizar a iniciativa e a proatividade discente em práticas acadêmicas de seu interesse;



3. Enriquecer o currículo para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à formação profissional e pessoal do corpo discente;
4. Oportunizar experiências multifacetadas e interdisciplinares de acordo com o PPC;
5. Fomentar a diversidade de olhares sobre temas variados;
6. Incentivar a construção de diferentes habilidades interpessoais extraclasse;
7. Promover situações relacionais do corpo discente com a sociedade em diferentes espaços de atuação;
8. Oportunizar a reflexão sobre a diversidade de questões sociais na contemporaneidade;
9. Fomentar o trabalho com grupos e pessoas em diferentes condições de existência;
10. Estimular o engajamento discente em questões de relevância atual;
11. Envolver a atividade do corpo discente em organizações de interesse profissional, social e cultural.

As ATC obrigatórias somam 180 (cento e oitenta) horas de atividade internacional (ATCI), 60 (sessenta) horas de atividade de pesquisa (ATCP) e 60 (sessenta) horas de atividades sociais (ATCS). Ao passo que as ATC eletivas (ATCE) correspondem a 300 (trezentas) horas distribuídas em diferentes modalidades:

1. Participação em eventos internos e externos à Instituição de Educação Superior;
2. Trabalho de monitoria;
3. Cursos e/ou atualização acadêmica e profissional oferecidos pela própria FGV DIREITO RIO;
4. Cursos/ou atualização acadêmica e profissional oferecidos por outras Escolas da FGV;
5. Atividades acadêmicas cursadas em outra instituição de ensino superior;
6. Participação em grupos de estudo sob supervisão docente;
7. Realização de pesquisas para a elaboração de materiais didáticos de disciplinas da FGV DIREITO RIO.

As ATC– Internacionais compõem a experiência acadêmica institucional de:

1. Intercâmbio internacional;
2. Participação em simulações internacionais;
3. Realização de disciplinas em língua estrangeira oferecidas pela FGV DIREITO RIO ou demais Escolas da FGV;
4. Realização de cursos de idioma estrangeiro oferecidos pela FGV DIREITO RIO.

As ATC–Pesquisa poderão ser cumpridas por meio das seguintes atividades:

1. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC);
2. Participação em pesquisas dos Centros de Pesquisa da FGV DIREITO RIO;
3. Participação em pesquisas institucionais conduzidas por docentes da FGV.



As ATC-Sociais destinam-se a comprometer o corpo discente com a postura ética e cidadã frente a questões sociais amplas:

1. Atuação em Entidades Estudantis;
2. Trabalho social em Organizações Não Governamentais (ONGs);
3. Prestação de serviços comunitários;
4. Realização de assessoria, consultorias, cursos para comunidades de risco ou de baixa renda sobre temas do direito relativos a problemas concretos reais;
5. Outras atividades sociais, assim reconhecidas pela coordenação da graduação.

De acordo com a modalidade de ATC da matriz curricular, a validação de horas exige a avaliação das aprendizagens pela(o) docente responsável com nota computando sobre a CR.

12. TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório constituído por quatro disciplinas do curso de graduação em Direito da FGV DIREITO RIO, tendo como objetivos:

1. Aplicar conceitos e teorias apreendidos ao longo da formação por intermédio da proposição de um projeto de pesquisa científica;
2. Propor soluções ao problema de pesquisa dentro das diferentes áreas do Direito;
3. Incitar ideias e produtos que favoreçam o desenvolvimento socioeconômico da nação;
4. Incentivar a realização de pesquisas por meio de projetos de extensão e da prática interdisciplinar;
5. Estimular a inovação científica e tecnológica nas diversas áreas do Direito.

A estrutura curricular do curso de graduação inova na oferta e no desenvolvimento do TCC, por meio de 4 (quatro) disciplinas de 75 (setenta e cinco) horas ou 62,5 (sessenta e duas horas e meia) hora relógio cada:

1. TCC I – Metodologia da Pesquisa com a finalidade de ampliar a autonomia discente e flexibilizar tempos/espacos de ensino aprendizagem é oferecida na modalidade EaD, em ambiente virtual de aprendizagem (AVA) próprio da FGV, o ECLASS;
2. TCC II – Elaboração de Projeto destina-se à concepção da pesquisa, com ênfase na articulação da teoria com a empiria;
3. TCC III – Exame de Qualificação com o objetivo de estimular a qualidade e a inovação em pesquisas empíricas, se constitui no período em que parte do TCC é submetido ao exame externo para a correção de rumos;



4. TCC IV – Banca de Defesa, fase em que o TCC é concluído e apresentado à banca avaliadora, podendo ser indicado à premiação e também à publicação na biblioteca digital da FGV.

Para incentivar a qualidade e a inovação no desenvolvimento do TCC pelo corpo discente, o curso de graduação da FGV DIREITO RIO prevê, no plano de trabalho docente, horas destinadas à orientação, bem como institui duas modalidades de premiação: (i) o Prêmio Miranda Rosa de Qualidade, que destaca a excelência teórico-prática do TCC e (ii) o Prêmio Alfredo Lamy de Inovação, que difunde os TCCs que, além da qualidade textual e teórica, apresentam aspectos inovadores em sua elaboração.



ANEXO I – Abrangência e contribuição para o desenvolvimento local, regional e global de projetos desenvolvidos pela FGV DIREITO RIO

ÁREA	PROJETOS	ABRANGÊNCIA	PRODUTOS
CJUS	Lava Jato Global	Nacional e Internacional	a) Publicação das entrevistas; b) Publicação do relatório; c) Realização do Seminário Nacional; d) <i>Policy report</i> ; e) Artigo científico.
	Mapeamento da Articulação da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro	Nacional	a) Banco de dados a ser disponibilizado para consulta pública contendo a reunião de todos os metadados: gráficos, tabelas e análise de indicadores; (Divulgação a partir de três meses do início da pesquisa, alimentação periódica até o término do projeto, quando todas as análises serão disponibilizadas). b) Seminário sobre a política de segurança do Estado do Rio de Janeiro (1 e 5 meses a partir do início do projeto); c) Artigo a ser publicado em revista A1 ou A2 a sistematização de dados inovadores, hipóteses e propostas para aprimorar a política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (1 e 4 meses a partir do início do projeto); d) Relatório final da pesquisa a ser publicado em formato de livro com ISSN (1 ano e meio a partir do início do projeto).
	Modelagem Preditiva Judicial	Nacional	a) Sistema de Análise Preditiva; b) Inclusão do Sistema de Análise dentro do Supremo 2.0; c) Dois artigos científicos.
	O Judiciário e o Sistema Prisional no Brasil	Nacional	a) Seminário para Discussão dos Resultados Preliminares; b) Website do projeto; c) Relatório Final da Pesquisa.
	Uma Análise Quantitativa e Qualitativa do Impacto das Demandas Repetitivas na Jurisprudência do TRT – 1ª Região	Nacional	a) Três relatórios; b) Um seminário.



ÁREA	PROJETOS	ABRANGÊNCIA	PRODUTOS
CPDE	Mudanças Regulatórias no Setor de Saúde	Nacional	a) Relatórios anuais temáticos da pesquisa; b) Realização de dois seminários para o debate da temática; c) Elaboração de artigos científicos para publicação em periódicos nacionais e internacionais; d) Elaboração de <i>policy papers</i> ; e) Elaboração de artigos de opinião em canais de comunicação de impacto e jornais de grande circulação.
	Os 40 anos da CVM	Nacional	a) Realização de entrevistas; b) Organização de um livro; c) Realização de um seminário.
	Produtividade do Trabalho entre as Empresas e a Tributação no Brasil	Nacional	a) Dois <i>policy briefs</i> .
	Regulação da Água	Nacional	a) Levantamento de dados e alimentação de bancos de dados; b) Apresentação de relatórios semestrais de acompanhamento dos avanços do projeto; c) Publicação dos dados por meio de plataforma digital; d) Publicação de um (1) livro contendo principais conclusões sobre a pesquisa; e) Submissão de dois (2) artigos científicos reunindo os principais resultados da pesquisa; f) Promoção de um (1) evento científico para a divulgação dos principais resultados da pesquisa.
	Regulação em Números & Gateway de Infraestrutura	Nacional	a) Criação de website; b) Elaboração de três relatórios; c) Um Evento de Premiação "Melhores Práticas Regulatórias".
	Relações de Consumo e Meios Alternativos de Solução de Conflito	Nacional	a) Dois artigos científicos; b) Dois seminários; c) Um workshop; d) Um livro.



ÁREA	PROJETOS	ABRANGÊNCIA	PRODUTOS
CTS	Code	Internacional	a) Relatório preliminar; b) Relatório final – português e inglês; c) Livro em português.
	Data Science e Congresso em Números	Nacional	a) Dois artigos científicos; b) Dois seminários; c) Um relatório final; d) Um livro.
	Discrimination VS Data Control in Brazilian "Smart" Cities	Internacional	a) Relatório final em inglês; b) Artigos de imprensa; c) Livro ; d) Um artigo científico; e) Workshop interno; f) Evento de encerramento; g) Guia de Boas Práticas.
	Shadow Libraries	Internacional	a) Workshop do projeto; b) Relatório preliminar; c) Relatório final; d) Publicação final do projeto – português e inglês; e) Evento internacional – Regulando Educação e Cultura.





ANEXO II – Regulamento da graduação

